

# MESÃO FRIO

PORTA DO DOURO



## PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2021

---

**PROPOSTA**

CÂMARA MUNICIPAL DE MESÃO FRIO	
Deliberações	Exercícios
Data 15 / 06 / 2022	Of. / P.º
L.º 60 F.º 24-vt.º 45	Of. / P.º
Data / /	Of. / P.º
L.º F.º	Of. / P.º

Proc.2B-3/17



PROPOSTA

Município de Mesão Frio

CÂMARA MUNICIPAL

**Prestação de Contas Consolidada do Exercício de 2021**

Estabelece o n.º 1 e 3 do art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro na sua redação atual, (RFALEI) conjugado com a alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual (RJUAL), que os documentos de prestação de contas individuais das autarquias locais, são remetidos ao órgão deliberativo para apreciação juntamente com a certificação legal das contas com vista à sua aprovação.

Nesse pressuposto e decorridos os formalismos legais necessários, foi o documento de prestação de contas individual do ano de 2021 do Município de Mesão Frio, aprovada no passado dia 20 de abril pela Câmara Municipal e em 29 de abril, pela Assembleia Municipal.

A prestação de contas individual pese embora com objetivos diferenciados não impede a necessidade de as autarquias que por esse regime sejam abrangidas, de efetuarem, nos termos do n.º 2 do artigo 75.º do RFALEI as contas consolidadas, como é o caso do Município de Mesão Frio que detém, no exercício económico de 2021, uma participação de 3,77% no capital social da empresa intermunicipal Águas do Interior Norte, E.I.M, SA.

Decorrente do exposto e encontrando-nos dentro do prazo estipulado para o efeito, tenho a honra de, nos termos do n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, de submeter à apreciação e aprovação da Câmara Municipal, para posterior submissão à Assembleia Municipal o documento de prestação de contas consolidada, acrescida da sua certificação legal emitida pelo Revisor Externo da autarquia (C&R Ribas Pacheco, SROC).

Mesão Frio, 13 de junho de 2022.

O Presidente da Câmara Municipal,

(Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva)

**MESÃO FRIO**  
PORTA DO DOURO



**PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA  
DO EXERCICIO ECONÓMICO DE 2021**

---

**PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS**

Proc.2B-3/17

Several handwritten signatures in blue ink are present in the bottom right corner of the page. There are approximately five distinct signatures of varying styles.

## PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Nos termos das disposições legais aplicáveis, vimos apresentar o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do Município de Mesão Frio, adiante designado por Grupo, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que compreendem o relatório consolidado de gestão, o balanço consolidado, a demonstração dos resultados por naturezas consolidada, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas, assim como a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza, que são da responsabilidade do Órgão Executivo.

No desempenho das funções que nos foram cometidas, acompanhámos, com a profundidade e extensão que consideramos adequada nas circunstâncias, a atividade do Grupo ao longo do presente exercício.

Em consequência do trabalho realizado, verificámos, exceto quanto efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” da certificação legal das contas consolidadas, que as demonstrações financeiras consolidadas exprimem de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a situação económica e financeira consolidada do Grupo bem como os resultados consolidados obtidos no exercício em questão. Procedemos ainda à apreciação do relatório consolidado de gestão que foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Procedemos também à emissão da respetiva certificação legal das contas consolidadas, cujo conteúdo damos como integralmente reproduzido neste parecer.

Nestas condições, uma vez ponderadas as conclusões constantes na certificação legal das contas consolidadas e verificado o cumprimento dos normativos legais aplicáveis, é nosso parecer que se aprovem os documentos de prestação de contas consolidadas do Grupo.

Porto, 13 de junho de 2022

**MESÃO FRIO**  
PORTA DO DOURO



**PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA  
DO EXERCICIO ECONÓMICO DE 2021**

---

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS**

  
Proc.2B-3/17





## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Município de Mesão Frio, adiante designado por Grupo, que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 22.229.788 euros e um total de património líquido positivo de 15.933.104 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 151.625 euros), a demonstração dos resultados por naturezas consolidada, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas no parágrafo n.º 1 da secção “Bases para a opinião com reservas” e das situações referidas no parágrafo n.º 2 da referida secção, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

#### BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

1) A insuficiente informação sobre o controlo do Grupo dos elementos integrantes do seu ativo fixo tangível bem como das propriedades de investimento, associada à sua grandeza, dispersão e bases de mensuração previstas no referencial contabilístico SNC-AP, não nos permitem emitir uma opinião devidamente fundamentada sobre a plenitude e adequação dos valores apresentados nas supracitadas rubricas do balanço, das depreciações, amortizações e dos subsídios de capital.

2) O Grupo encontra-se a aplicar o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, utilizando a prerrogativa do período mais alargado de transição, prevista na *International Public Sector Accounting Standard (IPSAS) 33*, por via do Art. 13.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, não tendo sido possível dar cumprimento às seguintes disposições técnicas:

a) Não foi possível à Entidade Consolidante proceder à análise individual dos ativos relativos ao património histórico intangível, pelo que a Norma de Contabilidade Pública (NCP) 3 - Ativos Intangíveis foi parcialmente derrogada.

b) A Entidade Consolidante não procedeu ao reconhecimento do rendimento resultante dos trabalhos para a própria Entidade uma vez que não dispõe ainda de informação suficiente para o efeito. Esta matéria encontra-se divulgada no terceiro parágrafo da nota n.º 23.5 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

#### ÊNFASES

a) Conforme divulgado no segundo parágrafo da nota n.º 10 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, a Entidade Consolidante procedeu pela primeira vez ao reconhecimento dos imóveis para venda em Inventários, dando, desta forma, cumprimento à Norma de Contabilidade Pública (NCP) 10 - Inventários. Em face desta situação, a comparabilidade de algumas rúbricas do balanço encontra-se comprometida.

b) Conforme se encontra divulgado na nota n.º 4 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, em virtude da falta de informação sobre o valor dos ativos e dos passivos associados ao contrato de concessão celebrado com a EDP Distribuição (atualmente E-Redes), a Entidade Consolidante não aplicou a Norma de Contabilidade Pública 4 (NCP) - Acordos de Concessão de Serviços. Não obstante esta situação, encontra-se evidenciado na referida nota o impacto no total do ativo da Entidade, caso tais bens fossem alvo de reconhecimento.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

### RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O Órgão de Gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- Elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

**RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

**SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS**

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas consolidadas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Conforme divulgado nas respetivas demonstrações orçamentais consolidadas, em consequência da Entidade Consolidada não elaborar demonstrações orçamentais, os valores constantes nas demonstrações orçamentais consolidadas apenas incluem os valores da Entidade Consolidante. Em face desta situação, desconhecemos qual o impacto que o valor das demonstrações orçamentais individuais da Entidade Consolidada teria nas demonstrações orçamentais consolidadas, pelo que não estamos em condições de emitir, e não emitimos, uma opinião devidamente fundamentada sobre as demonstrações orçamentais consolidadas.

**SOBRE O RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO**

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas no parágrafo n.º 1 da secção “Bases para a opinião com reservas” e das situações referidas no parágrafo n.º 2 da referida secção, o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 13 de junho de 2022



**MESÃO FRIO**  
PORTA DO DOURO



**PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA  
DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2021**

---

**DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO**

Proc.2B-3/17

Several handwritten signatures in blue ink are present. One signature is at the top right, and a cluster of several other signatures is at the bottom right.

## DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

À atenção de

C & R Ribas Pacheco, SROC, Lda

A presente declaração é emitida, a vosso pedido, no âmbito da revisão legal de contas / auditoria que efetuaram às demonstrações financeiras consolidadas do Município Mesão Frio, adiante designado por Grupo, relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2021, com a finalidade de expressarem uma opinião, incluída na vossa certificação legal das contas consolidadas, sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Reconhecemos que é nossa responsabilidade a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o seu desempenho financeiro consolidado, os fluxos de caixa consolidados e o resultado consolidado das operações do Grupo, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos de consolidação adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros ou fraudes.

Confirmamos, tanto quanto é nosso dever conhecer e nossa convicção, que, relativamente a:

### **1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E REGISTOS CONTABILÍSTICOS**

**1.1.** Cumprimos todas as nossas responsabilidades relativas à preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Em particular, as demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada de acordo com essas normas, encontrando-se reconhecidas e divulgadas todas as situações relevantes e previstas no normativo contabilístico aplicável, não existindo qualquer omissão ao nível do reconhecimento e/ou divulgação.

**1.2.** As políticas contabilísticas consolidadas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são adequadas e foram aplicadas de forma consistente entre os exercícios, sendo a sua divulgação apropriada tendo em consideração os requisitos do normativo contabilístico aplicável.

**1.3.** O Grupo não procedeu à derrogação de quaisquer princípios, políticas e normas contabilísticas nem das regras, critérios e métodos específicos subjacentes ao Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, com exceção dos descritos na nota n.º 2 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

**1.4.** Os pressupostos significativos por nós usados ao fazer estimativas contabilísticas são razoáveis.

**1.5.** Todos os atos, operações e condicionalismos respeitantes ao património e a outros instrumentos do fundo patrimonial estão adequadamente registados e divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas.

**1.6.** Todas as adjudicações foram efetuadas em conformidade e de acordo com o seu enquadramento legal, orçamental e plano plurianual de investimento, tendo em vista a sua correta execução.

**1.7.** A execução orçamental do plano plurianual de investimento foi realizada no estrito cumprimento das normas e dos princípios orçamentais e legais.

**1.8.** Não existem:

- Violações de leis, contratos ou quaisquer outras normas ou regulamentos, incluindo as relacionadas com a livre concorrência, meio ambiente, higiene e segurança no trabalho e proteção de consumidores, aplicáveis ao Grupo, cujos efeitos devessem ter sido registados nas demonstrações financeiras consolidadas ou divulgados no anexo às mesmas;

- Outros passivos materiais ou ganhos ou perdas contingentes que necessitassem de ser reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas ou dados a conhecer no respetivo anexo;

- Contratos de opções e de futuros e outros instrumentos financeiros derivados;

- Acordos para a recompra de ativos previamente vendidos pelo Grupo;

**1.9.** Confirmamos que o Grupo não detém quaisquer quantias na sua posse em numerário, motivo pelo qual o saldo da conta de caixa é zero.

**1.10.** Confirmamos que o Grupo não detém quaisquer outras contas bancárias além das evidenciadas nos registos contabilísticos.

**1.11.** Os inventários reconhecidos nas demonstrações financeiras correspondem aos inventários físicos existentes à data de fecho das contas e encontram-se valorizadas ao menor dos valores de custo ou de realização, tendo sido adotado o mesmo critério valorimétrico do exercício anterior, não existindo, desta forma, a necessidade de constituir imparidades em inventários.

**1.12.** As propriedades de investimento encontram-se reconhecidas pelo modelo custo, conforme divulgado na nota n.º 8 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

**1.13.** O Grupo é pleno titular de todos os seus ativos, livres de quaisquer ónus ou encargos, incluindo hipotecas e penhores, não tendo assumido compromissos perante terceiros, para além dos descritos no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

**1.14.** Não existem situações que conduzam ou possam conduzir à obsolescência ou perda de valor do imobilizado corpóreo e incorpóreo resultantes de alterações de processos tecnológicos, de condições de mercado, etc.

**1.15.** Os relacionamentos e as transações com partes relacionadas foram apropriadamente reconhecidos e divulgados de acordo com os requisitos do normativo contabilístico aplicável.

**1.16.** Para além da situação descrita na nota n.º 24 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, não se verificaram acontecimentos subsequentes à data do balanço que requeiram ajustamentos e/ou divulgação nas demonstrações financeiras consolidadas.

**1.17.** Desde a data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas até à data desta declaração, não temos conhecimento da ocorrência de quaisquer factos ou circunstâncias significativas que requeiram ajustamento ou divulgação nas demonstrações financeiras consolidadas.

**1.18.** Não existem distorções que não tivessem sido identificadas e ajustadas durante o vosso exame às demonstrações financeiras consolidadas.

**1.19.** Não se registaram quaisquer negócios entre o Grupo e os seus membros do órgão executivo e/ou seus familiares.

**1.20.** Os créditos sobre terceiros, com exceção dos reconhecidos como de cobrança duvidosa, são recuperáveis sem perdas relevantes, sendo que a cobrança destes valores não está por qualquer forma condicionada, não existindo acordos para o seu diferimento para além de um ano.

## **2. INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA**

**2.1.** Disponibilizámos-vos:

- O acesso a toda a informação para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, como registos, documentação e outras matérias;

- A informação adicional que nos pediram para efeito da revisão legal de contas consolidadas/ auditoria;

- Acesso sem restrições às pessoas do Grupo, junto das quais consideraram necessário obter prova de auditoria; e

- Outra informação que entendemos ser relevante para a realização da vossa auditoria.

**2.2.** Todas as transações foram registadas na contabilidade e estão refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas.

**2.3.** As demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materiais em consequência de fraude.

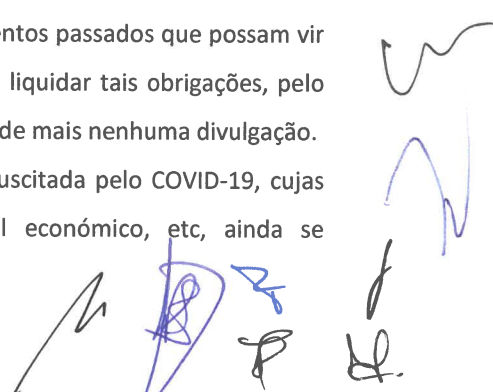
**2.4.** Não temos conhecimento de situações relacionadas com fraudes ou outras situações de irregularidade que possam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras consolidadas envolvendo os membros dos órgãos de gestão e/ou empregados.

**2.5.** Não existem casos de incumprimento, ou de suspeita de incumprimento, de leis e regulamentos cujos efeitos devam ser considerados na preparação de demonstrações financeiras consolidadas.

**2.6.** Demos-vos conhecimento de todos os litígios e reclamações conhecidas reais ou potenciais cujos efeitos devam ser considerados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, tendo os mesmos sido contabilizados e divulgados de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Não temos conhecimento de quaisquer litígios ou ações em que o Grupo esteja envolvida para além das situações de que vos demos conhecimento e que constam na resposta que vos foi dada pelos serviços jurídicos.

**2.7.** Com exceção da situação relacionada com processos judiciais em curso, que deu origem ao reconhecimento de provisões, no valor de 30.889 euros, refletidas na conta 293 - Processos judiciais em curso não temos conhecimento da existência de mais nenhuma obrigações presentes, legais ou construtivas ou de quaisquer outras naturezas, resultantes de acontecimentos passados que possam vir a originar exfluxos de recursos económicos da Entidade necessários para liquidar tais obrigações, pelo que não procedemos ao reconhecimento de mais nenhuma provisão nem de mais nenhuma divulgação.

**2.8.** À situação que atualmente vivemos, relacionada com a pandemia suscitada pelo COVID-19, cujas consequências ao nível da saúde pública, ao nível social, ao nível económico, etc, ainda se





desconhecem, poderão vir a ter efeitos nefastos em todos os setores da economia, incluindo no setor em que operamos. Contudo, não nos é, de todo, possível prever nem, tão pouco, quantificar tais efeitos, pelo que não procedemos ao reconhecimento de qualquer provisão para fazer face aos riscos resultantes desta situação.

**2.9.** Foram cumpridas todas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas. Foram igualmente cumpridas todas as obrigações impostas pela legislação relativa ao planeamento fiscal abusivo, que estabelece deveres de comunicação, informação e esclarecimento às autoridades fiscais.

**2.10.** Não temos conhecimento da existência de situações resultantes de inspeções, litígios ou outras situações contenciosas relativamente à área fiscal e parafiscal, nem de eventuais correções das declarações do Grupo, resultantes da possibilidade de as autoridades efetuarem a sua revisão, que possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

**2.11.** O Grupo não registou e/ou pagou quaisquer quantias que se encontrem suportadas por documentos que não cumpram, em termos formais ou de facto, os requisitos legais vigentes, ou que não traduzam transações efetivas realizadas pela mesma. Todas as operações efetuadas no decurso do exercício ocorreram de facto e encontram-se devidamente suportadas e refletidas nos registos contabilísticos do Grupo.

**2.12.** Confirmamos que não foram reconhecidas despesas que devam ser consideradas confidenciais ou não devidamente documentadas.

**2.13.** Não existem acordos verbais que possam ter efeito material nas quantias reportadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

**2.14.** Não existem compromissos assumidos com transações futuras que possam originar responsabilidades para o Grupo.

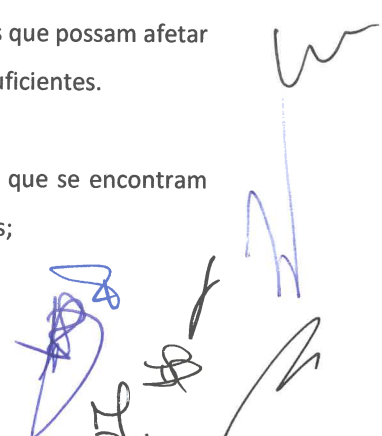
**2.15.** O Grupo cumpriu todas as obrigações derivadas de acordos, contratos, de disposições legais e regulamentares, cujo incumprimento, a verificar-se, teria um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras consolidadas.

**2.16.** Não temos conhecimento de qualquer situação que configure eventuais operações suscetíveis de serem qualificadas como de branqueamento de capitais e/ou de financiamento do terrorismo nos termos da Lei em vigor sobre a matéria e confirmamos ainda que, até à presente data, não ocorreram quaisquer situações desta natureza que requeressem ser reportadas às autoridades competentes.

**2.17.** Os prejuízos resultantes de eventuais sinistros que possam ocorrer, incluindo os que possam afetar a continuidade das operações, estão cobertos por seguros contratados por capitais suficientes.

**2.18.** Não temos projetos ou intenções:

- que possam afetar de uma forma significativa a classificação ou o valor por que se encontram refletidos os ativos e passivos constantes das demonstrações financeiras consolidadas;
- que possam pôr em causa a continuidade das operações do Grupo;



• de abandonar ou reduzir atividades, ou quaisquer outros planos ou intenções dos quais possam resultar excessos, obsolescência ou perda de valor de inventários, nem perdas de valor de ativos.

**2.19.** Tomámos conhecimento do draft da certificação legal das contas que foi emitida com as seguintes reservas e ênfases:

• **Reservas:**

**1)** A insuficiente informação sobre o controlo do Grupo dos elementos integrantes do seu ativo fixo tangível bem como das propriedades de investimento, associada à sua grandeza, dispersão e bases de mensuração previstas no referencial contabilístico SNC-AP, não nos permitem emitir uma opinião devidamente fundamentada sobre a plenitude e adequação dos valores apresentados nas supracitadas rubricas do balanço, das depreciações, amortizações e dos subsídios de capital.

**2)** O Grupo encontra-se a aplicar o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, utilizando a prerrogativa do período mais alargado de transição, prevista na International Public Sector Accounting Standard (IPSAS) 33, por via do Art. 13.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, não tendo sido possível dar cumprimento às seguintes disposições técnicas:

**a)** Não foi possível à Entidade Consolidante proceder à análise individual dos ativos relativos ao património histórico intangível, pelo que a Norma de Contabilidade Pública (NCP) 3 - Ativos Intangíveis foi parcialmente derogada.

**b)** A Entidade Consolidante não procedeu ao reconhecimento do rendimento resultante dos trabalhos para a própria Entidade uma vez que não dispõe ainda de informação suficiente para o efeito. Esta matéria encontra-se divulgada no terceiro parágrafo da nota n.º 23.5 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

• **Ênfases:**

**a)** Conforme divulgado no segundo parágrafo da nota n.º 10 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, a Entidade Consolidante procedeu pela primeira vez ao reconhecimento dos imóveis para venda em Inventários, dando, desta forma, cumprimento à Norma de Contabilidade Pública (NCP) 10 - Inventários. Em face desta situação, a comparabilidade de algumas rúbricas do balanço encontra-se comprometida.

**b)** Conforme se encontra divulgado na nota n.º 4 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, em virtude da falta de informação sobre o valor dos ativos e dos passivos associados ao contrato de concessão celebrado com a EDP Distribuição (atualmente E-Redes), a Entidade Consolidante não aplicou a Norma de Contabilidade Pública 4 (NCP) - Acordos de Concessão de Serviços. Não obstante esta situação, encontra-se evidenciado na referida nota o impacto no total do ativo da Entidade, caso tais bens fossem alvo de reconhecimento.

Mesão Frio, 15 de junho de 2022

O Presidente da Câmara Municipal,

  
(Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva)



**MESÃO FRIO**  
PORTA DO DOURO



**Relatório Consolidado  
de Gestão**

---

*(Handwritten signatures in blue ink)*

# Índice

Introdução	3
Perímetro de consolidação de contas	4
Entidades incluídas no perímetro de consolidação	5
Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação	6
Análise económico-financeiro	6
Análise ao Balanço	6
Demonstração de resultados consolidado	9
Indicadores económico-financeiro	9
Divida consolidada	10
Balanço consolidado	12
Demonstração dos resultados por naturezas consolidada	14
Demonstração consolidada dos Fluxos de Caixa	16
Demonstração consolidada das Alterações ao Património Líquido	18
Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	20
Demonstrações Orçamentais Consolidadas	44



Handwritten signatures in blue ink are present in the bottom right corner of the page. Below the signatures, the number '2' is circled in blue.



## 1. Introdução

O Município de Mesão Frio apresenta demonstrações financeiras consolidadas em cumprimento do previsto no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI).

A existência ou presunção de controlo por parte do município relativamente às entidades de natureza empresarial afere-se, desde logo, pela sua classificação como empresas locais, nos termos dos artigos 7.º e 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. Já quanto às entidades de outra natureza, a existência de presunção de controlo verifica-se de forma casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado (artigo 75.º, n.º 4, alíneas b) e c), da Lei n.º 73/2013).

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 75.º do RFALEI, devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de março, na sua atual redação, integrem o sector empresarial local, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal.

Assim, nos termos da NCP 24 Acordos Conjuntos, verifica-se a necessidade de se proceder à consolidação de contas aplicando-se, para o feito, o método de equivalência patrimonial. Este método contabilístico (também designado como método simplificado de consolidação) nos termos do qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e é ajustado posteriormente em função da evolução pós-aquisição da quota-parte dos ativos líquidos da associada ou empreendimento conjunto detidos pela investidora. Os resultados da investidora incluem a sua quota-parte nos resultados da participada e os ativos líquidos da investidora incluem a quota-parte nas alterações nos ativos líquidos da participada que não foram reconhecidas através dos resultados.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que veio substituir o anterior referencial – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Local (POCAL).



3

## 2. Perímetro de consolidação contas

O N.º 3 do artigo 75.º do RFALEI define grupo autárquico como o conjunto objeto de consolidação composto pelo município, como entidade consolidante, e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

O Perímetro de consolidação abrange o conjunto de entidades cujas contas vão ser objeto de consolidação e face às quais se tem de apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

As entidades a integrar o perímetro de consolidação dependem da relação de controlo entre a entidade participante e a entidade participada.

Um Grupo Publico é definido nos termos da NCP1, como um grupo de entidades compreendendo a entidade que controla e uma ou mais entidades controladas.

O artigo 7º do Decreto Lei nº 192/2015, de 11 de setembro – diploma legal que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, estabelece, em matéria de consolidação de contas, o seguinte quanto aos perímetros de consolidação:

- Perímetro de consolidação de natureza orçamental (NCP 26);
- Perímetro de natureza financeira (NCP 22).

As demonstrações consolidadas orçamentais e financeiras consubstanciam perímetros diferentes.

No entanto não se trata de duas prestações de contas consolidadas diferentes, mas sim de mapas distintos na mesma prestação de contas consolidada.

Uma vez que a entidade incluída no perímetro de consolidação não apresenta demonstrações orçamentais, os mapas previstos na NCP 26 serão apresentados com os valores do Município.

À luz do nº 7 do art.º 75º e do DL 192/2015 que aprovou o SNC-AP os documentos de prestação de contas consolidadas constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras:

- Balanço consolidado;
- Demonstração consolidada dos resultados por natureza;
- Demonstração consolidada das alterações do património líquido;

- Mapa de Fluxos de caixa consolidados;
- Anexos às Demonstrações Financeiras consolidadas

A NCP 26 também estipula que é necessário apresentar uma demonstração consolidada do desempenho orçamental e uma demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza, cujo objetivo é proporcionar informação que indique se os recursos foram obtidos e usados de acordo com o orçamento legalmente adotado e com os requisitos legais e contratuais.

### 3. Entidades incluídas no perímetro de consolidação

ADIN - ÁGUAS DO INTERIOR NORTE, EM, SA

- Sede: Vila Real
- NIPC: 515 684 473
- Capital Social: 30.398.050 €
- % Capital detido: 3,77%

A “Águas do Interior – Norte, E.I.M., S.A.”, com sede na Avenida Rainha Santa Isabel, nº 1 5000-434, Vila Real, foi constituída por escritura pública, celebrada no dia 15 de Novembro de 2019, e tem por objeto a exploração e gestão de sistemas de abastecimento e distribuição de água para consumo público e saneamento dos municípios participantes no seu capital social, através de promoção direta ou indireta da concessão, construção e exploração de unidades integrantes dos sistemas de captação, transporte, tratamento, abastecimento, valorização de águas de consumo público e para recolha, tratamento e rejeição dos respetivos efluentes, de prestação de serviços de gestão, fiscalização e assessoria técnica e administrativa a entidades públicas ou privadas que prossigam, total ou parcialmente, atividade do mesmo ramo, de construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria das obras e equipamentos necessários para o desenvolvimento da sua atividade.

Handwritten signatures in blue ink, including a large stylized signature and several smaller ones. A blue circle containing the number 5 is located at the bottom right.

#### 4. Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação

Entidade Participada		Participação	Capital Social	Capital Próprio	Resultado Líquido Exercício	Observações
Denominação	NIPC					
Águas do Norte, SA	513606084	0,081%	108.095.468,00 €	273.448.103,00 €	4.199.668,00 €	a)
Comunidade intermunicipal do Douro	508779200	5,26%	--	--	--	b)
Associação do Douro Histórico	502577916	1.500,00 €	--	--	--	b)
Turismo Porto e Norte de Portugal, ER	508905435	1.500,00 €	--	--	--	b)
Associação de Municípios do Vale Douro Norte	502459417	14,29%	--	--	--	b)
Associação Nacional dos Municípios Portugueses	501627413	4.359,24 €	--	--	--	b)
Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	502131047	357,00 €	--	--	--	b)
Associação de Desenvolvimento Regional "Os caminhos de Jacinto"	504805789	5.000,00 €	--	--	--	b)
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513319182	0,04%	417.857.175,00 €	--	--	b);c)
a) criada pelo Dec. Lei n.º 93/2015. de 29 de Maio			b) Entidades não societárias			
c) criada pela Lei n.º 53/2014, de 25 Agosto						

#### 5. Análise Económico-Financeiro

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus utilizadores, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões.

De seguida, iremos analisar o balanço consolidado e a demonstração de resultados consolidado, bem como efetuar uma breve análise resultante da implementação da contabilidade de gestão no Município de Mesão Frio.

##### 5.1 Análise ao Balanço

O Balanço Consolidado apresenta os ativos e passivos classificados em correntes e não correntes.

Apresentamos de seguida um resumo do Balanço Consolidado da Gerência de 2021 e 2020.



▪ Componentes do Ativo

Ativo Consolidado	2021	%	2020	%
Ativo Não Corrente	20.044.165 €	90%	19.156.736 €	96%
Ativos Fixos Tangíveis	14.828.587 €	67%	14.360.280 €	72%
Propriedades de Investimento	559.397 €	3%	1.050.830 €	5%
Ativos Intangíveis	5.906 €	0%	39.768 €	0%
Participações Financeiras	4.650.274 €	21%	3.705.859 €	19%
Ativo Corrente	2.185.624 €	10%	815.722 €	4%
Inventários	1.069.725 €	5%	29.288 €	0%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	128.444 €	1%	174.998 €	1%
Cientes, contribuintes e utentes	48.610 €	0%	37.872 €	0%
Estado e outros entes públicos	53.811 €	0%	49.770 €	0%
Outras contas a receber	604.208 €	3%	343.217 €	2%
Diferimentos	2.105 €	0%	3.060 €	0%
Caixa e depósitos	278.720 €	1%	177.518 €	1%
<b>Total do ativo</b>	<b>22.229.788 €</b>	<b>100%</b>	<b>19.972.459 €</b>	<b>100%</b>

Em 2021 o ativo das contas do grupo público municipal atingiu os 22.229.788 euros, o que significa um aumento de 11% face ao ano transato, sendo que o Ativo não corrente representa quase a totalidade do Ativo, mais propriamente cerca de 90%, com ênfase nos Ativos Fixos Tangíveis e Participações Financeiras, que apresentam as respetivas percentagens de 67% e 21%. A rubrica “Propriedades de Investimento” no ano de 2020 sofreu um aumento em resultado da reclassificação das frações do edifício do Mercado Municipal cujo valor se alcançou na proporcionalidade da área útil de cada fração. Contudo no ano de 2021, esta rubrica foi ajustada, por orientações do revisor oficial de contas, que considerou que a fração destinada ao Pavilhão Multiusos, por ser de uso coletivo, deveria estar classificada na rubrica “Ativos Fixos Tangíveis”, razão que sustenta a diminuição inscrita no quadro supra.

No que concerne ao “Ativo Corrente”, evidencia-se o aumento do valor inscrito na rúbrica “Inventários” resultante da reclassificação das contas patrimoniais afetas à obra “Expansão da Zona Industrial da Caminheira/Cabrial” e do terreno adquirido para concretização da mesma, atento a que este projeto/ação apresenta como finalidade a venda de lotes para a instalação de indústria. Assim no ano de 2020 a obra “Expansão da Zona Industrial da Caminheira/Cabrial” e terreno adquirido para a sua concretização encontravam-se classificados na rúbrica “Ativos Fixos Tangíveis” e com a reclassificação passaram a estar inscritos na rubrica “Inventários - Propriedade construída para venda”.

▪ Componentes do Passivo e Capital Próprio

Capital Próprio e Passivo	2021	%	2020	%
Capital Próprio	15.933.104 €	72%	14.275.401 €	71%
Património / Capital	4.007.805 €	25%	4.007.805 €	28%
Reservas	321.375 €	2%	321.375 €	2%
Resultados transitados	- 287.402 €	-2%	2.693.941 €	19%
Ajustamentos em ativos financeiros	1.406.990 €	9%	469.225 €	3%
Outras variações no Património Líquido	10.332.711 €	65%	9.764.398 €	68%
Resultado líquido do período	151.625 €	1%	2.981.343 €	-21%
Passivo	6.296.685 €	28%	5.697.058 €	29%
Passivo não corrente	4.373.500 €	69%	4.440.586 €	78%
Provisões	30.889 €	0%	20.280 €	0%
Financiamentos obtidos	3.630.477 €	58%	3.415.956 €	60%
Diferimentos	58.799 €	1%	71.199 €	1%
Outras contas a pagar	653.335 €	10%	933.151 €	16%
Passivo corrente	1.923.184 €	31%	1.256.472 €	22%
Fornecedores	182.786 €	3%	136.485 €	2%
Estado e outros entes públicos	72.780 €	1%	77.317 €	1%
Financiamento obtidos	358.845 €	6%	432.204 €	8%
Fornecedores de Investimento	71.396 €	1%	151.078 €	3%
Outras contas a pagar	469.042 €	7%	459.389 €	8%
Diferimentos	768.335 €	12%	- €	0%
Total Capital Próprio e Passivo	22.229.788 €	100%	19.972.459 €	100%

Em relação ao passivo, as contas do grupo público municipal fecharam com um valor de 6.296.685 euros, verificando-se um aumento de 11% face ao ano transato, sendo constituído por 69% a componente do passivo não corrente e por 31% da componente do passivo corrente.

O Capital Próprio do grupo público municipal totalizou o montante de 15.933104 euro, o que traduz um acréscimo de 1.657.700 euros relativamente ao ano anterior.

## 5.2 Demonstração de Resultados Consolidado

O objetivo principal da Demonstração de Resultados é o de aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a antever a capacidade da autarquia em gerar fluxos de caixa.

De seguida, apresenta-se um mapa resumo da Demonstração Consolidada de Resultados Consolidada.

Gastos	2021	%	2020	%
Perdas imputados de entidades controladas, associadas		0%	12.345 €	0%
Custo da mercadoria vendida e das matérias consumidas	83.506 €	2%	70.048 €	1%
Fornecimentos e serviços externos	1.073.821 €	19%	914.260 €	11%
Gastos com pessoal	2.868.364 €	52%	2.762.632 €	34%
Transferências e subsídios concedidos	348.299 €	6%	275.028 €	3%
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	357 €	0%		0%
Provisões (aumentos/reduções)	10.609 €	0%	- €	0%
Outros gastos	74.493 €	1%	65.565 €	1%
Gastos / reversões de depreciação e amortização	1.031.694 €	19%	3.849.371 €	48%
Juros e gastos similares suportados	50.377 €	1%	73.938 €	1%
<b>Total Gastos</b>	<b>5.541.518 €</b>	<b>100%</b>	<b>8.023.187 €</b>	<b>100%</b>

Rendimentos	2021	%	2020	%
Impostos e taxas	485.689 €	9%	401.180 €	8%
Vendas	5.086 €	0%	4.942 €	0%
Prestações de serviços	320.641 €	6%	302.829 €	6%
Rendimentos/ Ganhos imputados de entidades controladas, asso.	6.651 €	0%		0%
Transferências Correntes e subsídios à exploração obtidos	4.410.146 €	77%	3.894.184 €	77%
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)		0%	1.365 €	0%
Outros rendimentos	464.931 €	8%	433.262 €	9%
Juros e rendimentos similares obtidos	- €	0%	4.081 €	0%
<b>Total Rendimentos</b>	<b>5.693.144 €</b>	<b>100%</b>	<b>5.041.843 €</b>	<b>100%</b>

Em termos globais, comparando os gastos com os rendimentos, verifica-se um saldo positivo sendo a diferença traduzida pelo Resultado Líquido do Exercício de 2020, que se cifrou em 151.625 euros.

O resultado do exercício antes das depreciações e gastos de financiamento regista um resultado positivo na importância de 1.233.696 euros, que após a realização dos movimentos contabilísticos respeitantes às depreciações do exercício e juros e gastos similares suportados.

## 5.3 Indicadores Económico-Financeiros

Os rácios estabelecem relações entre as contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração de resultados, para quantificar factos, detetar anomalias, e fazer comparações no tempo. Assim, apresenta-se seguidamente os principais indicadores económicos e financeiros.

Indicadores	2021	2020
Autonomia Financeira	72%	71%
Solvabilidade	253%	251%
Liquidez Geral	114%	65%
Liquidez Reduzida	58%	63%
Liquidez Imediata	14%	14%

## 6. Dívida Consolidada

O recurso ao endividamento autárquico está sempre dependente de duas variáveis: o nível de receitas arrecadadas e do volume de investimentos a realizar.

### Stock da dívida - Empréstimos Bancários

Descrição	Município de Mesão Frio	AdIN E.I.M., SA	Total	Eliminação de créditos/Dívidas Recíprocas	Grupo Consolidado
Empréstimos bancários - não corrente	3.630.477 €	474.583 €	4.105.061 €	- €	4.105.061 €
Empréstimos bancários - corrente	358.845 €	872.407 €	1.231.252 €	- €	1.231.252 €
<b>Total</b>	<b>3.989.322 €</b>	<b>1.346.990 €</b>	<b>5.336.313 €</b>	<b>- €</b>	<b>5.336.313 €</b>

### Stock da dívida corrente

Descrição	Município de Mesão Frio	AdIN E.I.M., SA	Total	Eliminação de créditos/Dívidas Recíprocas	Grupo Consolidado
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	- €	- €	- €	- €	- €
Fornecedores	254.182 €	163.901 €	418.083 €	- €	418.083 €
Estado e Outros Entes Públicos	72.780 €	3.388 €	76.168 €	- €	76.168 €
Outras Contas a pagar	469.042 €	92.268 €	561.310 €	- €	561.310 €
<b>Total</b>	<b>796.004 €</b>	<b>259.557 €</b>	<b>1.055.561 €</b>	<b>- €</b>	<b>1.055.561 €</b>

Para os cálculos dos valores apresentados não foi tida em conta a dívida correspondente a operações não orçamentais (cauções).



## Balanço Consolidado

---

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

11

Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2021

Rubricas	Notas	31/12/2021	31/12/2020
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo Não Corrente</b>			
Ativos Fixos Tangíveis	5	14.828.586,90 €	14.360.279,55 €
Propriedades de Investimento	8	559.397,05 €	1.050.830,47 €
Ativos Intangíveis	1/3	5.906,47 €	39.767,75 €
Participações Financeiras	20	4.650.274,38 €	3.705.858,57 €
		<b>20.044.164,80 €</b>	<b>19.156.736,34 €</b>
<b>Ativo Corrente</b>			
Inventários	10	1.069.725,38 €	29.287,51 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		128.444,21 €	174.997,70 €
Clientes, contribuintes e utentes		48.609,95 €	37.872,46 €
Estado e outros entes públicos	23.1	53.811,02 €	49.770,03 €
Outras contas a receber		604.208,03 €	343.217,02 €
Diferimentos		2.104,54 €	3.059,80 €
Caixa e depósitos	1	278.720,47 €	177.517,86 €
		<b>2.185.623,60 €</b>	<b>815.722,38 €</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>22.229.788,40 €</b>	<b>19.972.458,72 €</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património / Capital		4.007.804,80 €	4.007.804,80 €
Reservas		321.374,76 €	321.374,76 €
Resultados transitados		-287.402,32 €	2.693.941,10 €
Ajustamentos em ativos financeiros	1	1.406.990,26 €	469.225,20 €
Outras variações no Património Líquido	1	10.332.710,71 €	9.764.398,32 €
Resultado líquido do período	1	151.625,33 €	-2.981.343,42 €
<b>Total do Património Líquido</b>		<b>15.933.103,54 €</b>	<b>14.275.400,76 €</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo Não Corrente</b>			
Provisões	15	30.888,75 €	20.280,18 €
Financiamentos obtidos	7	3.630.477,21 €	3.415.956,23 €
Diferimentos		58.799,17 €	71.198,66 €
Outras contas a pagar		653.335,24 €	933.150,88 €
		<b>4.373.500,37 €</b>	<b>4.440.585,95 €</b>
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores		182.786,09 €	136.485,47 €
Estado e outros entes públicos	23.1	72.780,12 €	77.316,51 €
Financiamento obtidos	7	358.845,22 €	432.203,57 €
Fornecedores de Investimento		71.395,58 €	151.077,74 €
Outras contas a pagar		469.042,09 €	459.388,72 €
Diferimentos		768.335,39 €	0,00 €
		<b>1.923.184,49 €</b>	<b>1.256.472,01 €</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>6.296.684,86 €</b>	<b>5.697.057,96 €</b>
<b>TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO</b>		<b>22.229.788,40 €</b>	<b>19.972.458,72 €</b>

## Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada

---



Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada em 31 de dezembro de 2021

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e taxas	14	485.689,25 €	401.180,29 €
Vendas	13	5.085,57 €	4.941,56 €
Prestações de serviços	13	320.640,57 €	302.828,51 €
Rendimentos/ Ganhos imputados de entidades controladas, associadas	1	6.650,75 €	-12.344,63 €
Transferências Correntes e subsídios à exploração obtidos	14	4.410.146,22 €	3.894.184,40 €
Custo da mercadoria vendida e das matérias consumidas	10/23.3	-83.505,95 €	-70.048,24 €
Fornecimentos e serviços externos		-1.073.820,78 €	-914.260,40 €
Gastos com pessoal		-2.868.363,64 €	-2.762.631,98 €
Transferências e subsídios concedidos		-348.298,88 €	-275.027,51 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	9	-357,00 €	1.365,13 €
Provisões (aumentos/reduções)		-10.608,57 €	0,00 €
Outros rendimentos	13/14	464.931,22 €	433.262,39 €
Outros gastos		-74.492,65 €	-65.564,83 €
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>		<b>1.233.696,11 €</b>	<b>937.884,69 €</b>
Gastos / reversões de depreciação e amortização	3/5/8	-1.031.693,73 €	-3.849.371,49 €
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		<b>202.002,38 €</b>	<b>-2.911.486,80 €</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00 €	4.081,00 €
Juros e gastos similares suportados	7	-50.377,05 €	-73.937,62 €
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>151.625,33 €</b>	<b>-2.981.343,42 €</b>
Imposto sobre o rendimento			
<b>Resultado líquido do período</b>	1	<b>151.625,33 €</b>	<b>-2.981.343,42 €</b>

# Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

---



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the left and several smaller initials on the right.



Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2021

Rubricas	Notas	31/12/2021	31/12/2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		304.979,85 €	147.370,92 €
Recebimentos de contribuintes		422.482,96 €	389.416,98 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		4.160.219,45 €	3.868.056,87 €
Recebimentos de utentes		35.167,65 €	48.375,44 €
Pagamentos a fornecedores		-1.308.290,63 €	-1.274.728,47 €
Pagamentos a pessoal		-2.965.830,11 €	-2.721.751,40 €
Pagamentos de transferências e subsídios concedidos		-247.941,27 €	-294.144,60 €
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>400.787,90 €</b>	<b>162.595,74 €</b>
Outros recebimentos/pagamentos		-84.223,01 €	-26.545,33 €
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)</b>		<b>316.564,89 €</b>	<b>136.050,41 €</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos de ativos fixos tangíveis		-2.132.265,33 €	-1.320.416,44 €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos de ativos fixos tangíveis		1.636,50 €	4.489,50 €
Recebimentos de propriedades de investimento		23.814,10 €	162.917,13 €
Recebimentos de transferências de capital		1.852.642,75 €	1.426.579,58 €
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)</b>		<b>-254.171,98 €</b>	<b>273.569,77 €</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos de financiamentos obtidos		841.205,73 €	390.308,33 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos de financiamentos obtidos		-751.763,46 €	-765.538,16 €
Pagamentos de juros e gastos similares		-50.632,57 €	-54.489,22 €
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)</b>		<b>38.809,70 €</b>	<b>-429.719,05 €</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)</b>		<b>101.202,61 €</b>	<b>-20.098,87 €</b>
Efeito das diferenças de câmbio			0,00 €
Caixa e seus equivalentes no início do período		177.517,86 €	197.616,73 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1	278.720,47 €	177.517,86 €
<b>Conciliação entre caixa e seus equivalentes e saldos de gerência</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>177.517,86 €</b>	<b>197.616,73 €</b>
Saldo da gerência anterior (SGA)		177.517,86 €	197.616,73 €
SGA de execução orçamental		55.988,54 €	32.072,01 €
SGA de operações de tesouraria		121.529,32 €	165.544,72 €
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>278.720,47 €</b>	<b>177.517,86 €</b>
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		278.720,47 €	177.517,86 €
SGS de execução orçamental		103.565,11 €	55.988,54 €
SGS de operações de tesouraria		175.155,36 €	121.529,32 €

O mapa apresentado diz apenas respeito à demonstração dos fluxos de caixa do Município, uma vez que na consolidação foi utilizado o método de equivalência patrimonial.

## Demonstração Consolidada das Alterações ao Património Líquido

---

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right and several smaller initials on the left and bottom.

Demonstração Consolidada das Alterações ao Património Líquido em 31 de Dezembro de 2021

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla											Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital / Património subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL		
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO</b>		4.007.804,80 €				321.374,76 €	2.693.941,10 €	469.225,20 €		9.764.398,32 €	-2.981.343,42 €	14.275.400,76 €		14.275.400,76 €
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-2.981.343,42 €	937.765,06 €	0,00 €	568.312,39 €	2.981.343,42 €	1.506.077,45 €		1.506.077,45 €
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico												0,00 €		0,00 €
Alterações de políticas contabilísticas												0,00 €		0,00 €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												0,00 €		0,00 €
Realização do excedente de revalorização												0,00 €		0,00 €
Excedentes de revalorização e respetivas variações												0,00 €		0,00 €
Transferências e subsídios de capital										568.312,39 €		568.312,39 €		568.312,39 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	1						-2.981.343,42 €	937.765,06 €			2.981.343,42 €	937.765,06 €		937.765,06 €
Correção de erros materiais														
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>											151.625,33 €	151.625,33 €		151.625,33 €
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>											3.132.968,76 €	-8.118,44 €		-8.118,44 €
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>										0,00 €		0,00 €		0,00 €
Subscrições de capital/património														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações												0,00 €		0,00 €
Subscrições de prémios de emissão														
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO</b>		4.007.804,80 €				321.374,76 €	-287.402,32 €	1.406.990,26 €	10.332.710,71 €	151.625,33 €	15.933.103,54 €		15.933.103,54 €	

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several initials, located at the bottom right of the page.

# Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

---



Handwritten signatures in blue and black ink, including a large blue signature and several smaller black signatures.

## Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

### Nota 1 – Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas

#### 1.1 – Entidades incluídas na consolidação

**Entidade consolidante:** Município de Mesão Frio

**Sede social:** Avenida Conselheiro José Maria Alpoim 432, 5040-310 Mesão Frio

**Atividade Principal:** planeamento, organização e execução de políticas municipais, designadamente nas áreas de equipamento rural e urbano, energia, transportes e comunicações, educação, património, cultura e ciência, tempos livres e desporto, saúde, ação social, habitação, proteção civil, ambiente, salubridade, defesa do consumidor, promoção e desenvolvimento, ordenamento do território e cooperação externa.

**Entidade consolidada:** Águas do Interior Norte, E.I.M., SA

**Sede social:** Avenida Rainha Santa Isabel, n.º 1, 5000-434 Vila Real

**Atividade Principal:** Exploração e gestão de sistemas de abastecimento e distribuição de água para consumo público e saneamento dos municípios participantes no seu capital social, através de promoção direta ou indireta da concessão, construção e exploração de unidades integrantes dos sistemas de captação, transporte, tratamento, abastecimento, valorização das águas de consumo público e para recolha, tratamento e rejeição dos respetivos efluentes, de prestação de serviços de gestão, fiscalização e assessoria técnica e administrativa a entidades públicas ou privadas que prossigam, total ou parcialmente, atividade do mesmo ramo, de construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria das obras e equipamentos necessários para o desenvolvimento da sua atividade.

**Capital social/Estatutário:** 30.398.050 €

**Participação detida:** 3,77%



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature on the left and several smaller ones on the right and bottom.



### 1.2 – Entidades excluídas na consolidação

Entidade Participada		Participação	Capital Social	Capital Próprio	Resultado Líquido Exercício	Observações
Denominação	NIPC					
Águas do Norte, SA	513606084	0,081%	108.095.468,00 €	273.448.103,00 €	4.199.668,00 €	a)
Comunidade intermunicipal do Douro	508779200	5,26%	--	--	--	b)
Associação do Douro Histórico	502577916	1.500,00 €	--	--	--	b)
Turismo Porto e Norte de Portugal, ER	508905435	1.500,00 €	--	--	--	b)
Associação de Municípios do Vale Douro Norte	502459417	14,29%	--	--	--	b)
Associação Nacional dos Municípios Portugueses	501627413	4.359,24 €	--	--	--	b)
Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	502131047	357,00 €	--	--	--	b)
Associação de Desenvolvimento Regional "Os caminhos de Jacinto"	504805789	5.000,00 €	--	--	--	b)
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513319182	0,04%	417.857.175,00 €	--	--	b);c)
a) criada pelo Dec. Lei n.º 93/2015, de 29 de Maio		b) Entidades não societárias				
c) criada pela Lei n.º 53/2014, de 25 Agosto						

Tratam-se de entidades sobre as quais, o Município de Mesão Frio não exerce de forma direta ou indireta um poder de controlo, ou exista essa presunção, não enquadráveis no n.º 4, 5 e 6 do Artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

### 1.3 – Informações de procedimentos de consolidação

O método de consolidação adotado pelo Município foi o método de equivalência patrimonial, que consiste em substituir no balanço da entidade consolidante o valor contabilístico das partes de capital por ela detida, pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios das entidades participadas, adotando-se para efeitos de aplicação deste método, o previsto na NCP 23 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos e na NCP 24 – Acordos conjuntos do SNC-AP.

**Ajustamento de consolidação na conta  
41.4 - investimentos noutras entidades**

Descrição	AdIN, E.I.M., SA	%
Capitais próprios a 31.12.2021	64.352.689,11 €	
Parte de Capital do Município	2.426.096,38 €	3,77%
Valor inscrito	1.024.800,00 €	
Ajustamento MEP	1.401.296,38 €	

**Reconhecimento da proporção do Resultado líquido**

Descrição	AdIN, E.I.M., SA	%
Resultado Líquido de 2021	176.412,53 €	
Quota-parte do Resultado Líquido	6.650,75 €	3,77%

**1.4 – Desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes**

De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Conta	Designação	Saldo inicial 01/01/2021	Saldo Final 31/12/2021
11	Caixa	0,00 €	0,00 €
12	Depósitos à Ordem	41 672,70 €	52 403,44 €
12.1	Depósitos à Ordem no Tesouro	0,00 €	0,00 €
12.2	Depósitos bancários à Ordem	41 672,70 €	52 403,44 €
13.1	Depósitos a prazo	0,00 €	0,00 €
13.2	Depósitos consignados	14 329,53 €	51 161,67 €
13.3	Depósitos de garantias e cauções	121 515,63 €	175 155,36 €
	<b>TOTAL</b>	<b>177 517,86 €</b>	<b>278 720,47 €</b>

**Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto - Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a autarquia.

A (IPSAS) 33, que estabelece orientações para os processos de adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público, prevê a possibilidade de, em certas circunstâncias de complexidade, o processo de transição ter uma duração até três anos, podendo durante esse período serem reconhecidos e mensurados ativos e passivos relacionados com a adoção do novo referencial contabilístico.

Contudo, apesar do Município ter aplicado, na generalidade, o SNC-AP, não foi possível dar cumprimento na íntegra a todas as normas relacionadas com o Património, sendo que no ano de 2022, os responsáveis por esta área de intervenção irão promover uma análise detalhada relativamente:

- ✚ Aos ativos fixos tangíveis, se será necessário a reclassificação de “Outros” para as contas mais adequadas de acordo com o PCM e CC2;
- ✚ Aos bens inventariados que por vicissitudes várias não sofreram atualização da taxa de acordo com a aplicação do CC2;
- ✚ Aos Ativos Intangíveis de forma a retratar e corrigir possíveis situações de reclassificação de contas;
- ✚ À possibilidade de atribuição de valoração aos bens que à data apresentam valor patrimonial zero;

Acresce às presentes situações que pese embora a identificação por parte do Município dos bens imóveis sobre os quais detém uso/controlo, ainda que sem a propriedade legal (observação dos parágrafos 93 e 94 da Estrutura Concetual do SNC-AP), não foi possível reconhecer nas Demonstrações Financeiras o seu valor, atento à falta dos dados necessários para o efeito.

Não foi dado, ainda, cumprimento à NCP4 – Acordos de Concessão de Serviços, no que respeita ao contrato de concessão celebrado com a EDP Distribuição, atualmente E-Redes, por falta de informação acerca do valor dos ativos e dos passivos a reconhecer e que dependem de informação do próprio concessionário.

#### **Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento**

Todos os bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo.

#### **Ativos intangíveis**

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo.

#### **Participações financeiras**

O Município de Mesão Frio detém participações financeiras nas empresas Águas do Interior Norte, E.I.M SA, e na Águas do Norte, SA encontrando-se essas participações mensuradas pelo seu custo o que determina e fixa a sua participação em 3,77% e 0,081%, respetivamente.

Atento à representatividade daquelas participações no capital social daquelas entidades, ao Município de Mesão Frio não lhe é conferido qualquer controlo ou influência significativa.

### Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

### Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

### Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado. No corrente ano não se verificaram erros materiais de períodos anteriores.

### Nota 3 - Ativos intangíveis

Em 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes.

Quantia escriturada e variação do período

RUBRICA	DESIGNAÇÃO	QUANTIA ESCRITURADA INICIAL	VARIAÇÕES							Quantia escriturada final	
			Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais		Diminuições
	Ativos Intangíveis	39 767,75 €	6 457,50 €	-22 873,50 €					-11 845,47 €	5 800,41 €	5 906,47 €
A11	Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
A12	Goodwill										
A13	Projetos de desenvolvimento	6 997,32 €						-2 624,02 €			4 373,30 €
A14	Programas de computador e sistemas de informação	6 896,93 €	6 457,50 €					-9 021,45 €		5 800,41 €	1 533,17 €
A15	Propriedade Industrial e Intelectual										
A16	Outros										
A17	Ativos intangíveis em curso	22 873,50 €		-22 873,50 €							
	<b>TOTAL</b>	<b>39 767,75 €</b>	<b>6 457,50 €</b>	<b>-22 873,50 €</b>					<b>-11 845,47 €</b>	<b>5 800,41 €</b>	<b>5 906,47 €</b>

Quadro 5 - Acordos de concessão de serviços

Desagregação das Adições

Rubrica	Designação	Adições									Total
		Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
	Ativos Intangíveis		6 457,50 €								6 457,50 €
AI1	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
AI2	Goodwill										
AI3	Projetos de desenvolvimento										
AI4	Programas de computador e sistemas de informação		6 457,50 €								6 457,50 €
AI5	Propriedade industrial e intelectual										
AI6	Outros										
AI7	Ativos intangíveis em curso										
	<b>TOTAL</b>		<b>6 457,50 €</b>								<b>6 457,50 €</b>

Desagregação das Diminuições

Rubrica	Designação	Diminuições				Total
		Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
	Ativos Intangíveis				5 800,41 €	5 800,41 €
AI1	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural					
AI2	Goodwill					
AI3	Projetos de desenvolvimento					
AI4	Programas de computador e sistemas de informação				5 800,41 €	5 800,41 €
AI5	Propriedade industrial e intelectual					
AI6	Outros					
AI7	Ativos intangíveis em curso					
	<b>TOTAL</b>				<b>5 800,41 €</b>	<b>5 800,41 €</b>

**Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente**

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais, não havendo lugar a qualquer pagamento, apenas a recebimentos.



Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da Concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão	EDP Distribuição – Energia, SA	Infraestruturas	20 anos	1.941.602,57€	-----	-----	-----
Concessão de exploração do sistema municipal de distribuição de água e drenagem de águas residuais	Águas do Norte, SA	Infraestruturas	30 anos	270.888,48€	-----	-----	-----

De acordo com a NCP 4, o Município deveria reconhecer nas suas Demonstrações Financeiras os equipamentos e as infraestruturas que estão associados ao fornecimento de redes de distribuição de energia elétrica em Baixa Tensão assim como os que estão associados à Iluminação Pública, que se encontram a ser geridos pela concessionária EDP Distribuição, atualmente E-Redes.

Os equipamentos e as infraestruturas acima referidos encontram-se a ser controlados, geridos e incrementados pela concessionária, pagando, para o efeito, uma renda de exploração ao Município, conforme se encontra previsto no contrato de concessão.

Para que o Município proceda ao reconhecimento dos ativos associados ao contrato de concessão, é necessário que disponha de informação suficiente e detalhada para o efeito.

Atendendo à insuficiente informação prestada pela concessionária EDP, não existem condições para proceder ao reconhecimento dos ativos que se encontram ao abrigo do contrato de concessão, pelo que a NCP 4 – Acordos de concessão de serviços não foi aplicada, tal como referido na nota 2.

Não obstante esta situação, caso esses bens fossem reconhecidos, teriam um impacto no total do ativo do Município de apenas 4,20%, conforme quadro abaixo:

Ativos em Exploração	Valor líquido Global
Postos Transformação e Seccionamento	222 255,00 €
Redes aéreas	232 457,00 €
Redes subterrâneas	70 865,00 €
Chegadas aéreas	21 587,00 €
Chegadas subterrâneas	46 768,00 €
Contadores e acessórios	8 648,00 €
Iluminação pública	199 619,00 €
Eq. Telegestão Energia EDP Box	71 714,00 €
<b>Total</b>	<b>873 914,00 €</b>
% sobre total do ativo	4,20%
<b>Total do ativo</b>	<b>20 828 492,00 €</b>

**Nota 5 - Ativos fixos tangíveis**

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo (com exceção dos edifícios do AEPAN transferidos pela transferência de competências na área da Educação que foram mensurados pelo valor patrimonial, no ano de 2020) e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desconhecido. A autarquia utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

Em 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida:

Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações no período							Quantia escriturada final	
		Adições	Transferências Internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais		Diminuições
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	639 668,58 €	97 939,83 €	944 220,81 €				-33 965,07 €		-2 76,88 €	1644 648,27 €
Terrenos e recursos naturais	165 97,45 €						-178,07 €			164 09,38 €
Edifícios e outras construções	24 086,80 €	50 983,66 €	558 847,53 €				-11003,68 €		-2 76,88 €	609 078,43 €
Infraestruturas	425 089,43 €	46 656,17 €	385 573,28 €				-21783,32 €			835 035,56 €
Património histórico, artístico e cultural	25 614,90 €									25 614,90 €
Outros										0,00 €
Bens de domínio público em curso										0,00 €
Ativos fixos em concessão										0,00 €
Terrenos e recursos naturais										0,00 €
Edifícios e outras construções										0,00 €
Infraestruturas										0,00 €
Património histórico, artístico e cultural										0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso										0,00 €
Outros										0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis	13 720 310,97 €	2 478 878,59 €	-1838 931,39 €				-867 435,22 €		-209 882,32 €	13 183 938,63 €
Terrenos e recursos naturais	1852 228,56 €		-100 000,00 €							1752 228,56 €
Edifícios e outras construções	10 787 874,70 €	560 853,75 €	-3 788,69 €				-828 919,90 €		-80 59,20 €	10 455 610,66 €
Equipamento básico	115 509,39 €	63 038,12 €	7 619,95 €				-37 221,47 €		-27 364,33 €	115 576,66 €
Equipamento de transporte	114 619,61 €	175 053,57 €	114 201,66 €				-47 670,28 €		-114 509,10 €	281 695,46 €
Equipamentos administrativos	59 482,37 €	11 065,70 €	-3 097,56 €				-2 116,69 €		-98,20 €	69 181,44 €
Equipamentos biológicos										0,00 €
Outros	98 396,53 €	28 558,38 €	1217,21 €				-32 507,61 €		-17 611,49 €	76 653,02 €
Ativos fixos tangíveis em curso	684 221,81 €	1638 508,98 €	-1845 070,96 €							477 659,83 €
<b>TOTAL</b>	<b>14 980 279,55 €</b>	<b>2 577 010,42 €</b>	<b>-884 710,58 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>-1001 400,29 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>-212 598,20 €</b>	<b>14 828 586,60 €</b>

As adições dos ativos fixos tangíveis apresentam-se no quadro abaixo:

**Ativos Fixos Tangíveis - Adições**

Ativos Fixos Tangíveis	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural		43 982,50 €		53 177,33 €							97 159,83 €
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções		43 059,0 €		7 924,47 €							50 983,47 €
Infraestruturas		803,31 €		45 252,86 €							46 056,17 €
Património histórico, artístico e cultural											
Outros											
Bens de domínio público em curso											
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
Outros ativos fixos tangíveis		1071451,33 €		508 425,28 €							2 479 876,59 €
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções		77 088,70 €		483 584,96 €							560 673,66 €
Equipamento básico		43 001,01 €		20 035,11 €							63 036,12 €
Equipamento de transporte		175 053,57 €									175 053,57 €
Equipamento administrativo		9 351,30 €		4 714,49 €							14 065,79 €
Equipamentos biológicos											
Outros		28 447,88 €		10,70 €							28 458,58 €
Ativos fixos tangíveis em curso		1638 508,98 €									1638 508,98 €
<b>TOTAL</b>		<b>2 015 413,83 €</b>		<b>561 602,59 €</b>							<b>2 577 016,42 €</b>

As diminuições dos ativos fixos tangíveis apresentam-se no quadro abaixo:

**Ativos Fixos Tangíveis - Diminuições**

Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					Total
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural		-2 572,66 €			-143,22 €	-2 715,88 €
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções		-2 572,66 €			-143,22 €	-2 715,88 €
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso						
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis		-78 231,8 €			-231 651,14 €	-309 882,94 €
Terrenos e recursos naturais					-100 000,00 €	-100 000,00 €
Edifícios e outras construções		-58 610,20 €			-1589,00 €	-60 199,20 €
Equipamento básico		-2 009,49 €			-25 354,84 €	-27 364,33 €
Equipamento de transporte					-104 509,10 €	-104 509,10 €
Equipamento administrativo					-188,20 €	-188,20 €
Equipamentos biológicos						
Outros		-17 611,49 €				-17 611,49 €
Ativos fixos tangíveis em curso						
<b>TOTAL</b>		<b>-80 803,84 €</b>			<b>-231 794,36 €</b>	<b>-312 598,20 €</b>

O Município tem ainda em uso, apesar de se encontrarem totalmente amortizados, ativos fixos tangíveis no montante de 14.420.957,62 euros, distribuídos da seguinte forma:

Bens de domínio público, património Histórico, Artístico e Cultural	288.625,03
Terrenos e recursos naturais	283,33
Edifícios e Outras Construções	12.328.881,53
Equipamento Básico	660.326,47
Equipamento de Transporte	229.575,35
Equipamento Administrativo	458.303,35
Outros Ativos Fixos Tangíveis	454.962,56
<b>Total</b>	<b>14.420.957,62</b>

### Nota 6 – Locações

No âmbito da aceitação da transferência de competências previsto no Decreto – Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, o fornecimento e serviços externos do Agrupamento de Escolas Professor António da Natividade de Mesão Frio, recaíram sob a responsabilidade do Município de Mesão Frio, conforme artigo 46.º do mencionado diploma, a partir de 01 de janeiro de 2020.

Assim, resultou que a posição contratual relativa ao contrato de locação operacional para o fornecimento de serviços de Cópia e Impressão, para os Equipamentos referenciados sob o n.º 116333, 116334 e 116335 contratualizado com a empresa BCN SISTEMAS DE ESCRITORIO E IMAGEM, SA, fossem transferidos para a responsabilidade da autarquia, a partir de 1 janeiro e até 31 de dezembro de 2020. Na sequência do seu término e mantendo-se a necessidade procedeu-se à abertura de novo procedimento de contratação pública a vigorar de janeiro de 2021 a dezembro de 2022.

Do quadro abaixo consta ainda os dados relativos ao aluguer de duas impressoras instaladas no serviço de Tesouraria e Ação Social.

### Locações

Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
3 Equipamentos Multifunções (AEPAN)	16 272,00 €	6 780,00 €	678,00 €	-----	-----	9 492,00 €	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
2 Impressoras	1 889,28 €	821,31 €	78,72 €	-----	-----	1 067,97 €	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
<b>Total</b>	<b>18 161,28 €</b>	<b>7 601,31 €</b>	<b>756,72 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>10 559,97 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>

### Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

Em 31 de dezembro de 2021 o detalhe da rubrica de financiamento obtido consolidado, decomposto em corrente e não corrente, é o seguinte:

Designação	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos bancários		
Passivo corrente	358.845,22 €	432.203,57 €
Passivo não corrente	3.630.477,21 €	3.415.956,23 €
<b>Total</b>	<b>3.989.322 €</b>	<b>3.848.160 €</b>

Os custos dos empréstimos obtidos são registados em gastos pelo custo.

### Nota 8 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis, nos termos da NCP 1.

Esta rubrica no ano de 2020 sofreu um aumento em resultado da reclassificação das frações do edifício do Mercado Municipal cujo valor se alcançou na proporcionalidade da área útil de cada fração. Contudo no ano de 2021, esta foi ajustada, tendo em consideração que a fração destinada ao Pavilhão Multiusos, por ser de uso coletivo, passou a estar classificada na rubrica “Ativos Fixos Tangíveis”, razão que sustenta a diminuição inscrita no quadro abaixo.

#### Propriedades de Investimento – Quantia Escriturada e Movimentos do Período

Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final	Gastos do período	Rendimentos do período	
			Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do Período	Perdas por imparidade	Reversões perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições			Rendias	Outras
	Propriedades de Investimento	1 050 830,47 €			-10 634,67 €					-480 798,75 €	559 397,05 €		
PI1	Bens de domínio público												
PI2	Terrenos e recursos naturais												
PI3	Edifícios e outras construções	1 050 830,47 €			-10 634,67 €					-480 798,75 €	559 397,05 €		
PI4	Outras propriedades de investimento												
PI5	Propriedades de Investimento em curso												
	<b>TOTAL</b>	<b>1 050 830,47 €</b>			<b>-10 634,67 €</b>					<b>-480 798,75 €</b>	<b>559 397,05 €</b>		



**Propriedades de Investimento - Diminuições**

Rubrica	Designação	Diminuições				Total
		Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
	Propriedades de Investimento		-480 798,75 €			-480 798,75 €
PI1	Bens de domínio público					
PI2	Terrenos e recursos naturais					
PI3	Edifícios e outras construções		-480 798,75 €			-480 798,75 €
PI4	Outras propriedades de investimento					
PI5	Propriedades de investimento em curso					
	<b>TOTAL</b>		-480 798,75 €			-480 798,75 €

**Nota 9 – Imparidade de ativos**

No exercício de 2021, foram constituídas e anuladas provisões, cujas quantias finais ascendem a 5.101,88€, relacionadas com as dívidas de Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa, apresentando-se de seguida o detalhe dessas provisões.

**Imparidade de ativos**

Ativo	Quantia inicial	Perda imparidade reconhecida no exercício	Reversão imparidade reconhecida no exercício	Quantia final
Participações Financeiras	9 635,00 €	- €	- €	9 635,00 €
Clientes, contribuintes e utent	4 744,88 €	357,00 €	- €	5 101,88 €

**Nota 10 – Inventários**

Os inventários assumem um papel preponderante nas entidades e permitem às mesmas um alargamento do seu campo de ação pois estão diretamente associados a outras duas áreas que constituem o ciclo operacional das entidades: compras e vendas.

O controlo dos inventários adquire relevância pois estes ativos constituem uma rubrica significativa do Balanço, sendo de todo desejável que as entidades públicas disponham de um controlo dos mesmos. Os inventários são ativos, enquadrados na Estrutura Concetual do Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Todavia, o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP) tem um entendimento mais abrangente acerca dos mesmos, concretamente com a aplicação da Norma de Contabilidade Pública 10 (NCP 10) do SNC-AP e a Norma de Contabilidade e de Relato Financeiro 18 (NCRF 18) do SNC, ambas dedicadas ao tratamento contabilístico dos Inventários.

Nesse sentido, na NCRF 18 (§ 8) os inventários englobam os bens comprados e detidos para revenda e os produtos acabados ou trabalhos em curso que estejam a ser produzidos pela entidade. Deste modo, os inventários são classificados em mercadorias, matérias-primas, consumíveis de produção, materiais, trabalho em curso e produtos acabados. De salientar, que no caso de um prestador de serviço, os inventários constituem os trabalhos em curso incluindo o custo do serviço quando ainda não estiver reconhecido o respetivo rédito.

Relativamente à NCP 10 (§ 9) os inventários englobam os bens comprados e detidos para revenda, produtos acabados ou trabalhos em curso que estejam a ser produzidos pela entidade, materiais e consumíveis para utilizar no processo de produção e os bens comprados ou produzidos para distribuir a terceiros gratuitamente ou por um valor simbólico.

O sistema de inventário adotado no Município de Mesão Frio é o permanente, estando o inventário de matérias-primas, subsidiárias e de consumo mensurado ao custo médio ponderado. A rubrica "Inventários" regista no exercício económico o apuramento das existências relativas ao Posto de Turismo, do Bar da Piscina Municipal Descoberta, dos Refeitórios da escola sede do AEPAN e do Centro Escolar (alimentação). A rubrica em apreço contempla ainda o montante correspondente à reclassificação das contas patrimoniais afetas à obra "Expansão da Zona Industrial da Caminheira/Cabrial" e do terreno adquirido para concretização da mesma, atento a que este projeto/ação apresenta como finalidade a venda de lotes para a instalação de indústria.

#### Inventários Movimentos do Período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9) = (1)+(2)-(3)+/(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
Meradorias	29 287,51 €	84 397,62 €	83 505,95 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	13,88 €	0,00 €	30 165,30 €
Matérias primas, subsidiárias e de consumo									
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso	- €	- €	- €	1 039 560,08 €	- €	- €	- €	- €	1 039 560,08 €
<b>Total</b>	<b>29 287,51 €</b>	<b>84 397,62 €</b>	<b>83 505,95 €</b>	<b>1 039 560,08 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>13,88 €</b>	<b>- €</b>	<b>1 069 725,38 €</b>

Resulta dos movimentos insertos no quadro supra um saldo final de 1.069.725,38€ valor este representado no Balanço nas contas 32.2 (Livraria, papelaria e artigos institucionais para venda), 32.8.9 (Outras mercadorias) e 36.3 (Propriedades construídas para venda).

#### Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

**Rendimentos contraprestação**

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do Período	
Taxas, multas e outras penalidades	33 259,49 €	0,00 €	939,32 €	20,20 €	
Vendas	5 085,57 €	0,00 €	3 677,69 €	- €	
Prestação de serviços	320 640,57 €	0,00 €	35 925,56 €	81 543,64 €	
Alienações	1 330,49 €	0,00 €	- €		
Rendas/Concessões	23 814,10 €	0,00 €	495,00 €	4 664,49 €	
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0,00 €	0,00 €			
<b>Total</b>	<b>384 130,22 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>41 037,57 €</b>	<b>86 228,33 €</b>	- €

**Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação**

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

**Rendimentos sem contraprestação**

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do Período	Final do Período	
Impostos diretos	335 849,26 €	0,00 €	10 052,63 €	9 709,88 €	0,00 €
Impostos indiretos	113 337,21 €	0,00 €	5 779,02 €	2 325,29 €	0,00 €
Taxas, multas e outras penalidades	3 243,29 €	0,00 €	56,22 €	104,91 €	0,00 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	4 410 146,22 €	0,00 €	48 900,72 €	149 226,31 €	0,00 €
Reversões	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros Rendimentos	123 718,73 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	336 872,01 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>TOTAL</b>	<b>5 323 166,72 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>64 788,59 €</b>	<b>161 366,39 €</b>	<b>0,00 €</b>

**Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

Esta nota dedica-se aos movimentos realizados no que respeita aos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município de Mesão Frio, quer instaurados por outras entidades, que após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi reforçada em 10 608,57€ para a rubrica "outros riscos e encargos", que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

Provisões

Rubricas	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)
		Reforços (2)	Aumentos da quantia descontada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	20 280,18 €	10 608,57 €			10 608,57 €					30 888,75 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
<b>Total</b>	<b>20 280,18 €</b>	<b>10 608,57 €</b>			<b>10 608,57 €</b>					<b>30 888,75 €</b>

Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

Nesta nota poder-se-á verificar, no quadro abaixo descrito, a designação das entidades participadas, por parte do Município de Mesão Frio, com indicação da parcela percentual/montante, verificando-se que não existe controlo nem transações internas sob nenhuma daquelas entidades.

Entidades Participadas

Entidade	Sede	Código Jurídico	% Participação	Capital Próprio	R. Líquido do Exercício	OBS.
Águas do Norte, SA	Rua Dom Pedro de Castro, n.º 1A 5000-669 Vila Real	DL	0,081%	273.448,103,00€	4.199.668,00€	Ações
Comunidade Intermunicipal do Douro	Av.ª Carvalho Araújo, 7 5000-657 Vila Real	CIM	5,26%			Participação
Associação do Douro Histórico	Rua das Eiras 5060-320 Sabrosa	ADH	1.500,00€			Quota
Turismo Porto e Norte de Portugal, ER	Castelo Santiago da Barra 4900-360	OQA	1.500,00€			Quota
Associação de Municípios do Vale Douro Norte	Viana do Castelo Av.ª Carvalho Araújo, 7 5000-657 Vila Real	AM	14,29%			Participação
Associação Nacional dos Municípios Portugueses	Av. Marmoco e Sousa 52 3004-511 Coimbra	AM	4.359,24€			Quota
Águas do Interior Norte, E.I.M.,S.A. - ADIN	Av. Rainha Santa Isabel, N.º 1 5000-434 Vila Real	AIN	3,77%	30.398.050,00€	- 366.309,64€	Ações
Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	Rua do Castelinho 17, 5100-127 Lamego	AM	357,00 €			Quota
Associação de Desenvolvimento Regional "Os Caminhos de Jacinto"	Estação de Aregos 4640-435 St.ª Cruz do Douro - Baião	ADR	5.000,00€			Quota (Por deliberação da Câmara Municipal esta entidade deixará de ser participada por esta autarquia em 2022.

## 20.1. PARTICIPAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO

### 20.1.1. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

#### ÁGUAS DO NORTE, S. A

A Águas do Norte, S.A., foi constituída pelo Decreto - Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, mediante a agregação das empresas Águas do Douro e Paiva, S.A., Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., Cimdouro – Saneamento do Grande Porto, S.A. e Águas do Noroeste, S.A., integradas no Grupo Águas de Portugal. Em sequência, foi-lhe atribuída, pelo Estado Português, em regime de exclusividade, a concessão da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal, pelo prazo de trinta anos. A agregação das concessionárias acima referidas, proporciona a obtenção de sinergias, com reflexo muito positivo na sustentabilidade económica e financeira do setor da água na região Norte. Neste contexto, a Águas do Norte, S.A., é a entidade gestora do sistema multimunicipal em “alta” responsável pela captação, tratamento e abastecimento de água para consumo público, pela recolha, tratamento e rejeição de efluentes domésticos, urbanos e industriais e de efluentes provenientes de fossas sépticas. A Águas do Norte, S.A. assume também a exploração e gestão do

sistema de águas da região do Noroeste, em resultado da celebração de uma Parceria entre o Estado (Administração Central) e 8 Municípios (Administração Local), que concretiza um processo de verticalização que reuniu, numa única entidade gestora, os serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais em “alta” (prestados aos Municípios) e em “baixa” (prestados aos utilizadores finais, os munícipes), de forma regular, contínua e eficiente. A exploração e gestão dos referidos sistemas incluem o projeto, a construção, a

extensão, a conservação, a reparação, a renovação, a manutenção e a melhoria das obras e das infraestruturas e a aquisição dos equipamentos e das instalações necessários ao desenvolvimento das atividades.

### 20.1.2. PARTICIPAÇÕES NÃO SOCIETÁRIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

#### COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO DOURO

Os 19 municípios da NUT III Douro formalizaram dia 15 de janeiro de 2009, por escritura pública, a constituição da nova Comunidade Intermunicipal do Douro - CIMDouro, que vem substituir, em definitivo, a Comunidade Urbana do Douro, criada em junho de 2004.

A CIM Douro tem sede em Vila Real e delegações na cidade de Lamego e na vila de Torre de Moncorvo. Apresentam-se como principais desafios a esta Comunidade Intermunicipal a gestão do contrato celebrado com o

Handwritten signatures in blue ink are visible in the bottom right corner of the page. A circular stamp containing the number 35 is also present.



Governo no âmbito do QREN sobre o Plano Territorial de Desenvolvimento do Douro e a negociação com o Governo do PIDDAC para o Douro (investimentos da responsabilidade da Administração Central).

Os municípios que a integram são: Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Lamego, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Vila Nova de Foz Côa, Vila Real, Tabuaço, Torre

de Moncorvo, Moimenta da Beira, Penedono, Sernancelhe, Tarouca e Freixo de Espada-à-Cinta, representando, segundo os censos de 2021, uma população residente superior a 183 mil habitantes.

### **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES**

A Associação Nacional de Municípios Portugueses - ANMP, constituída a 22 de fevereiro de 1985, representa e defende os Municípios Portugueses perante os órgãos de soberania e perante as organizações nacionais e/ou internacionais.

A ANMP, realiza estudos e projetos sobre assuntos relevantes do Poder Local e promove a troca de experiências e informações de natureza técnico-administrativa entre os seus membros.

A ANMP, desenvolve ainda ações de informação, de formação e aperfeiçoamento profissional para os eleitos locais e pessoal da administração local, mantendo serviços de consultadoria e assessoria técnico-jurídica destinada aos seus membros.

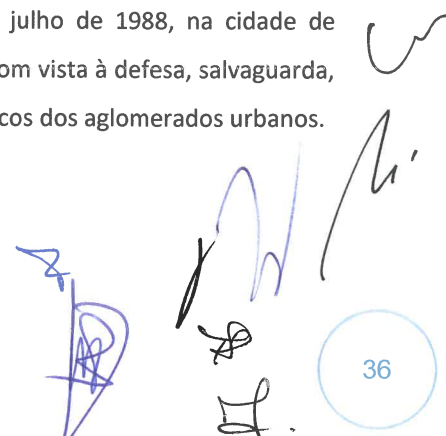
### **ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO DOURO NORTE**

Constituída em 25 de outubro de 1990, a Associação de Municípios do Vale Douro Norte – AMVDN, é formada por 7 municípios: Alijó, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião e Vila Real.

Criada pela crescente dinâmica dos municípios que dela fazem parte e da necessidade de coordenar ações municipais, a AMVDN tem como papel primordial a gestão de iniciativas intermunicipais com relevância para todo o território da Associação, tendo sempre em vista o desenvolvimento mais harmonioso de todo o espaço, das quais se destaca a Gestão do Canil Intermunicipal.

### **ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS MUNICÍPIOS COM CENTRO HISTÓRICO**

Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico, instituída a 22 de julho de 1988, na cidade de Lamego, onde se encontra sedeada, tem por objeto promover todas as atividades com vista à defesa, salvaguarda, conservação, recuperação, reabilitação, revitalização e animação dos centros históricos dos aglomerados urbanos.



Através de uma estreita colaboração, embora sem fins lucrativos, dos municípios portugueses, zonas essas carecidas de proteção, como valores culturais que são da maior importância nacional e de indiscutível interesse público e, principalmente, como contributo para o progresso e bem-estar das populações que deles desfrutam ou usufruem.

### **ASSOCIAÇÃO DOURO HISTÓRICO**

A Associação Douro Histórico, criada em 2001, é uma entidade sem fins lucrativos, de direito privado, que tem por objetivo a promoção do desenvolvimento regional sustentado, dando especial atenção à valorização do património cultural e à revitalização do mundo rural valorizando o seu potencial endógeno. Contribui para a conservação, estudo e divulgação dos bens culturais imóveis e móveis, bem como de todo o património público e privado.

Das atividades desenvolvidas ao longo de tempo, sobressai a gestão dos fundos comunitários que visam apoiar projetos de desenvolvimento rural na procura da melhoria da qualidade de vida através do reforço do sistema produtivo, da capacidade de iniciativa e de empreendimento empresarial, a valorização e diversificação da atividade económica local, a preservação e valorização do património construído, natural e cultural.

Desta Associação fazem parte os municípios de Alijó, Armamar, Lamego, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião e Vila Real.

### **TURISMO PORTO E NORTE DE PORTUGAL, E.R.**

De âmbito regional e com uma extensa abrangência territorial agregando os 86 Municípios que constituem a NUT II – Norte, a Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal, criada através do Decreto – Lei n.º 67/2008, de 10 de abril, adota a denominação de Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R. e a abreviatura de TPNP, E.R., tem a sua sede em Viana do Castelo e é uma pessoa coletiva pública, de natureza associativa, com autonomia administrativa e financeira e com património próprio.

O TPNP, E.R., é responsável pela valorização e o desenvolvimento das potencialidades turísticas da respetiva área regional de turismo, pela promoção interna e o mercado alargado dos destinos turísticos regionais, bem como pela gestão integrada dos destinos no quadro do desenvolvimento turístico regional.

A atuação da Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R. tem na sua base um diversificado e vasto leque de recursos naturais e patrimoniais, produtos únicos e marcas de grande qualidade, que constituem a oferta turística de um território singular, distribuída pelos seus quatro subdestinos – Porto, Douro, Minho e Trás-os-Montes.

### **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL “OS CAMINHOS DE JACINTO”**

A Associação de Desenvolvimento Regional “Os Caminhos de Jacinto”, com sede na freguesia de Santa Cruz do Douro, concelho de Baião, distrito do Porto, é uma instituição que pretende constituir uma base unificadora das potencialidades comuns e complementares do património da região que integra os concelhos de Resende, Cinfães e Baião, numa estratégia de eficiência coletiva ancorando outros projetos e iniciativas, em rede, gerando desenvolvimento económico, social e cultural para o que o território tem de melhor: as suas gentes. Esta associação pretende promover o património dos concelhos de Baião, Resende e Cinfães, em que o Douro constitui um elemento de união entre estes três municípios, os quais integram os corpos sociais desta instituição.

A Associação de Desenvolvimento Regional “ Os Caminhos de Jacinto” desenvolve a sua atividade, provisoriamente, na sede da Junta de Freguesia de Santa Cruz do Douro, enquanto não se concluem as obras de requalificação da Estação de Aregos, local onde se instalará a sede definitiva desta organização. Independentemente dos programas que proporcionará a todos quantos queiram visitar, a Associação “ Os Caminhos de Jacinto” será também uma central de reservas para todos quanto queiram aproveitar o “encanto deste território”.

### **20.1.3. EMPRESA INTERMUNICIPAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

#### **ÁGUAS DO INTERIOR NORTE, E.I.M, S. A**

A Águas do Interior – Norte, EM, SA foi constituída em 15 de novembro de 2019 ao abrigo da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, pelos Municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real.

Por força dos seus estatutos, a Águas do Interior – Norte, EIM, SA. é uma empresa dedicada à gestão de serviços de interesse geral, tendo neste âmbito a ela competido a gestão dos serviços municipais de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas nos Municípios que a constituíram.

Nos termos do disposto no artigo 17.º do Decreto - Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, a delegação destes serviços é regulada através de um contrato de gestão delegada, celebrado entre os Municípios que a constituíram e a Águas do Interior – Norte, EIM, SA.

A Águas do Interior – Norte, EIM, SA., assume-se como uma empresa local, de natureza intermunicipal, sob a forma de sociedade comercial anónima, de capitais exclusivamente públicos, sendo a totalidade do seu capital detida por entidades públicas. Goza de personalidade jurídica, é dotada de autonomia administrativa, financeira, patrimonial e de independência orçamental. É representada pelo seu Presidente do Conselho de Administração,

Eng.º Carlos Manuel Gomes Matos da Silva, e pelo Vogal do Conselho de Administração, Dr. José Manuel Gonçalves, igualmente com poderes necessários para o efeito ao abrigo dos Estatutos da Empresa.

Pelo Contrato de Gestão Delegada, os municípios delegam na Empresa a prestação tendencialmente universal nos territórios dos Concelhos dos Municípios participantes, nos termos previstos no artigo 2.º do Decreto - Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto:

- Abastecimento público de água para consumo humano;
- Saneamento de águas residuais urbanas.

Os serviços referidos incluem a valorização de subprodutos resultantes daquelas atividades, nomeadamente a disponibilização de águas residuais tratadas aptas a novas utilizações.

A exploração e gestão destes sistemas municipais consubstanciam serviços de interesse geral, devendo reger-se pelos princípios orientadores previstos no artigo 46.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e pelos princípios gerais, em consonância com o artigo 5.º do Decreto - Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto:

- A promoção tendencial da sua universalidade e garantia de igualdade no acesso;
- A garantia da qualidade do serviço e da proteção dos interesses dos utilizadores;
- O desenvolvimento da transparência na prestação dos serviços;
- A proteção da saúde pública e do ambiente;
- A garantia da eficiência e melhoria contínua na utilização dos recursos afetos respondendo à evolução das exigências técnicas e às melhores técnicas ambientais disponíveis;
- A promoção da solidariedade económica e social, do correto ordenamento do território e do desenvolvimento dos Municípios que integram a Empresa.

A satisfação das expectativas e necessidades dos clientes será procurada de uma forma rigorosa e sistemática, com adequada sensibilização para a qualidade dos serviços prestados. Aperfeiçoando constantemente os processos e métodos de trabalho, procurando inovar em todas as fases do negócio e adotando as soluções tecnológicas que assegurem a sustentabilidade económica e ambiental da empresa.

#### 20.1.4. FAM

Por força da aplicação do artigo 303.º, da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprovou a Lei do orçamento do estado para 2018, a conta “Outras Aplicações Financeiras”, no que respeita à participação do Fundo de Apoio Municipal – FAM, sofreu uma redução de 25%, e foi gradual até ao ano de 2021, concretizando-se com 50% em 2019, 75% em 2020 e no ano de 2021 o valor remanescente.

A Lei n.º 12/2020, de 07 de maio, tem por objetivo promover e garantir a capacidade de resposta das autarquias locais, no âmbito da Pandemia da doença COVID-19, procedendo à alteração à Lei n.º 4-B/2020, de 6 de abril, com

impactos, nomeadamente na possibilidade de concessão de moratórias à realização de capital do Fundo de Apoio Municipal – FAM.

Atento a tal, o município beneficiou de uma moratória de 12 meses das prestações de capital a realizar em 2020, nos termos do n.º 3 do artigo 3.º B, da supracitada Lei, com a efetivação da distribuição de resultados do ano de 2017/2018 e da proposta de resultados para o ano de 2019, para a liquidação da prestação do mês de junho de 2020, na importância de 4.081,00€, determinando esta decisão com a liquidação da prestação devida no mês de dezembro de 2020, a ocorrer em junho e dezembro de 2021, de igual importância.

## Nota 23 – Outras divulgações

### 23.1 Estado e Outros Entes Públicos

Inclui-se na rubrica “Estado e Outros Entes Públicos”, componente do passivo corrente, a importância de 72.780,12€, que resulta do valor retido aos funcionários e a parte correspondente à entidade patronal, relativamente à componente do IRS, IGSS, CGA, do mês de dezembro de 2021, cujo prazo limite de pagamento cessa aos 20 dias do mês seguinte a que diz respeito.

Na componente do ativo corrente, na rubrica “Estado e Outros Entes Públicos”, regista o montante total de 53.811,02€, correspondente ao valor do Crédito do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

### 23.2 Descrição Desagregada das Responsabilidades, por Garantias e Cauções prestadas e Recibos para Cobrança

O presente mapa reflete os movimentos contabilísticos efetuados no âmbito das Garantias e Cauções prestadas:

Quadro 17 - Garantias e Cauções						
CÓDIGO	Descrição	Saldo da	Movimento Anual			Saldo para a
		Gerência				Gerência Seguinte
		Anterior (1)	Prestadas (2)	Devolvidas (3)	Acionadas (4)	(5)=(1)+(2)-(3)-(4)
09	<b>Garantias e cauções de empregadas</b>					
09	António Guedes Ferreira	419,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	419,50 €
09	Cadornida Construções, Lda.	28150 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	28150 €
09	Construções Armando Ferreira, Lda	10 803,94 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	10 803,94 €
09	Construções Pedro Pinto, S.U. Lda	78,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	78,26 €
09	Engisun, Lda	4 947,51 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 947,51 €
09	Empreendimentos Turísticos Porta do Douro, Lda	0,00 €	847,50 €	0,00 €	0,00 €	847,50 €
09	Estradas Pinheiro - Engenharia e Construção, Lda	10 519,01 €	8 111,39 €	0,00 €	0,00 €	18 630,40 €
09	Fonteberta Unipessoal, Lda	0 010,01 €	1497,00 €	0,00 €	0,00 €	7 507,01 €
09	Higino Pinheiro & Irmãos, Lda. Const. Civil e Obras Públicas	350 12,83 €	3159 19,5 €	0,00 €	0,00 €	66 604,78 €
09	Juliborges - Sociedade de Construção e Terraplanagens	6 88 156 €	6 847,50 €	0,00 €	0,00 €	13 729,05 €
09	Manuel Guedes Monteiro	140,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	140,50 €
09	Manuel Vieira & Irmãos, Lda	3 226,17 €	0,00 €	2 823,20 €	0,00 €	402,97 €
09	Sociedade de Construções Forte do Arco, Lda	29 547,99 €	0,00 €	10 155,00 €	0,00 €	19 392,99 €
09	Sociedade Empreiteiras do Marco, Lda	3 470,50 €	7 441,38 €	0,00 €	0,00 €	10 911,88 €
09	Tutorosa, Lda	4 732,70 €	6 228,05 €	0,00 €	0,00 €	10 960,75 €
09	<b>SUBTOTAL (Garantias e cauções de empregadas)</b>	<b>116 717,04 €</b>	<b>62 563,35 €</b>	<b>12 978,20 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>166 302,19 €</b>
09	<b>Cauções prestadas em papel</b>	<b>237 612,61 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>49 081,77 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>188 530,84 €</b>
09	Outras cauções prestadas	4 798,50 €	4 274,58 €	220,00 €	0,00 €	8 853,08 €
09	<b>SUBTOTAL</b>	<b>359 128,24 €</b>	<b>66 837,93 €</b>	<b>62 279,97 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>363 686,20 €</b>
09	Recibos para cobrança	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	<b>TOTAL</b>	<b>359 128,24 €</b>	<b>66 837,93 €</b>	<b>62 279,97 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>363 686,20 €</b>



### 23.3 Demonstração do Custo das Mercadorias e das Matérias Consumidas

Neste exercício económico foi possível calcular o Custo das Mercadorias e das Matérias Consumidas do Posto de Turismo, do Bar da Piscina Municipal Descoberta, dos Refeitórios da escola sede do AEPAN e do Centro Escolar (alimentação), cujo montante se cifra em 83.505,95€. Foi, ainda, realizada a contagem física dos bens em Armazém.

#### 23.3.1 Posto de Turismo

QUADRO 18 – POSTO DE TURISMO		
Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	29.287,51€	
Compras	1.041,00€	
Regularizações de existências	64,00€	
Existências finais	30.025,30€	
<b>Custos do exercício</b>	<b>367,21€</b>	

#### 23.3.2 Bar da Piscina Municipal Descoberta

QUADRO 19 – BAR DA PISCINA MUNICIPAL DESCOBERTA		
Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	0,00€	
Compras	3.468,43€	
Regularizações de existências	77,88€	
Existências finais	140,00€	
<b>Custos do exercício</b>	<b>3.250,55€</b>	

#### 23.3.3 Refeitórios (escola sede do AEPAN e Centro Escolar)

QUADRO 20 – REFEITÓRIOS		
Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências Iniciais	0,00€	
Compras	79.888,19€	
Regularizações de existências	0,00€	
Existências Finais	0,00€	
<b>Custos do exercício</b>	<b>79.888,19€</b>	

### 23.3.4. Resumo

QUADRO 20 - RESUMO		
Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	29.287,51€	
Compras	84.397,62€	
Regularizações de existências	13,88€	
Existências finais	30.165,30€	
<b>Custos do exercício</b>	<b>83.505,95€</b>	

### 23.4 Resumo dos Fluxos de Caixa

O mapa resumo dos Fluxos de Caixa apresenta os recebimentos e pagamentos orçamentais, assim como as operações de tesouraria. Os valores de operações de tesouraria refletem os recebimentos e pagamentos para entidades terceiras, incluindo, também, os valores retidos em dinheiro pela autarquia referentes a cauções e garantias relativos a fornecimentos, empreitadas e outros.

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA			
RECEBIMENTOS		PAGAMENTOS	
Saldo de Gerência Anterior	177 517,86 €	Despesas Orçamentais	7 626 008,86 €
Execução Orçamental	55 988,54 €	Correntes	4 634 053,72 €
Operações de Tesouraria	121 529,32 €	Capital	2 991 955,14 €
Receitas Orçamentais	7 673 585,43 €	Operações de Tesouraria	42 811,52 €
Correntes	5 034 428,55 €	Saldo para a Gerência Seguinte	278 720,47 €
Capital	2 639 156,81 €		
Outras	0,07 €	Execução Orçamental	103 565,11 €
Operações de Tesouraria	96 437,56 €	Operações de Tesouraria	175 155,36 €
<b>TOTAL</b>	<b>7 947 540,85 €</b>	<b>TOTAL</b>	<b>7 947 540,85 €</b>

### 23.5. Outras considerações

No item Património apresentam-se os bens identificados e valorizados no exercício de 2021, no entanto existem bens que, pela sua natureza, ainda não se encontram valorizados, tais como obras de arte, que deverão ser avaliados aquando da constituição da Comissão de Avaliação.

Acresce a necessidade dos serviços da autarquia darem continuidade ao trabalho desenvolvido, nos últimos anos, no que concerne à inventariação e avaliação dos Bens Imóveis (Avaliação dos Edifícios, Terrenos, Bens de Domínio Público, e outros) e Bens Móveis Municipais, que ainda se encontram para validar e ou concluir por vicissitudes várias, nomeadamente no que diz respeito ao seu registo na Conservatória do Registo Predial.

No que respeita ao apuramento dos trabalhos realizados para a própria entidade, não foi possível o seu reconhecimento atendendo aos procedimentos de implementação da contabilidade de gestão na Autarquia.

O Município aguarda informação vinculativa sobre o IVA na operação de transferência de equipamentos de distribuição de água à ADIN.

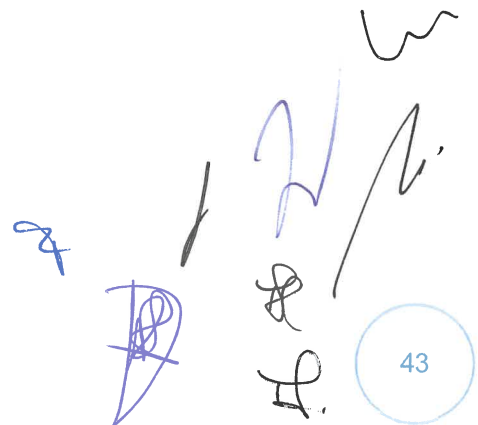
Aquando da aquisição de qualquer imóvel a favor da entidade, é efetuado o seu registo na Conservatória do Registo Predial, contudo existem alguns imóveis que carecem de atualização dos seus registos estando os serviços competentes a diligenciar a sua atualização junto da Conservatória. De referir que estes bens independentemente da conclusão do processo de regularização na C.R.P. não envolvem risco de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos dos anos seguintes.

### **Nota 24 - Acontecimentos após a data de Relato**

Desconhecemos os impactos que a guerra entre a Rússia e a Ucrânia poderá vir a ter no Município, contudo, a existirem consideramos que os mesmos não serão significativos.

### **Nota final**

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis a este consolidado ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones.

## Demonstrações Orçamentais Consolidadas

---

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

1. Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental

Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental

Rubrica	Recebimentos	2021	2020
	<b>Saldo de gerência anterior</b>	<b>177.517,86 €</b>	<b>197.616,73 €</b>
	Operações orçamentais [1]	55.988,54 €	32.072,01 €
	Operações de tesouraria [A]	121.529,32 €	165.544,72 €
	<b>Receita corrente</b>	<b>5.034.428,55 €</b>	<b>4.587.212,36 €</b>
R1	Receita fiscal	421.291,86 €	371.895,71 €
R1.1	Impostos diretos	421.291,86 €	371.895,71 €
R1.2	Impostos indiretos	- €	- €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	- €	- €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	37.528,49 €	54.601,01 €
R4	Rendimentos de propriedade	121.208,44 €	121.397,99 €
R5	Transferências e subsídios correntes	4.220.733,70 €	3.850.321,50 €
R5.1	Transferências correntes	4.220.733,70 €	3.850.321,50 €
R5.1.1	Administrações públicas	4.193.497,32 €	3.830.531,72 €
R5.1.1.1	Administração central - Estado	4.181.647,80 €	3.818.682,20 €
R5.1.1.2	Administração central - Outras entidades	- €	- €
R5.1.1.3	Segurança social	11.849,52 €	11.849,52 €
R5.1.1.4	Administração regional	- €	- €
R5.1.1.5	Administração local	- €	- €
R5.1.2	Exterior - U.E.	- €	- €
R5.1.3	Outras	27.236,38 €	19.789,78 €
R5.2	Subsídios correntes	- €	- €
R6	Venda de bens e serviços	209.899,07 €	186.629,01 €
R7	Outras receitas correntes	23.766,99 €	2.367,14 €
	<b>Receita de capital</b>	<b>1.797.951,15 €</b>	<b>1.523.788,88 €</b>
R8	Venda de bens de investimento	1.636,50 €	24.489,50 €
R9	Transferências e subsídios de capital	1.794.682,00 €	1.446.579,58 €
R9.1	Transferências de capital	1.794.682,00 €	1.446.579,58 €
R9.1.1	Administrações públicas	1.794.682,00 €	1.446.579,58 €
R9.1.1.1	Administração central - Estado	1.794.682,00 €	1.446.579,58 €
R9.1.1.2	Administração central - Outras entidades	- €	- €
R9.1.1.3	Segurança social	- €	- €
R9.1.1.4	Administração regional	- €	- €
R9.1.2	Exterior - U.E.	- €	- €
R9.1.3	Outras	- €	- €
R9.2	Subsídios de capital	- €	- €
R10	Outras receitas de capital	1.632,65 €	52.719,80 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,07 €	0,22 €
	<b>Receita efetiva [2]</b>	<b>6.832.379,77 €</b>	<b>6.111.001,46 €</b>
	<b>Receita não efetiva [3]</b>	<b>841.205,66 €</b>	<b>390.308,11 €</b>
R12	Receita com ativos financeiros	- €	- €
R13	Receita com passivos financeiros	841.205,66 €	390.308,11 €
	<b>Soma [4] = [1]+[2]+[3]</b>	<b>7.729.573,97 €</b>	<b>6.533.381,58 €</b>
	Operações de tesouraria [B]	96.437,56 €	74.040,51 €



Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental

Rubrica	Pagamentos	2021	2020
<b>Despesa corrente</b>		<b>4.634.053,72 €</b>	<b>4.361.576,89 €</b>
D1	Despesa com o pessoal	3.017.656,78 €	2.750.695,61 €
D1.1	Remunerações certas e permanentes	2.247.982,27 €	2.063.604,55 €
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	38.999,28 €	22.080,53 €
D1.3	Segurança social	730.675,23 €	665.010,53 €
D2	Aquisição de bens e serviços	1.239.485,88 €	1.229.315,36 €
D3	Juros e outros encargos	50.632,57 €	54.489,22 €
D4	Transferências e subsídios correntes	270.657,51 €	288.874,14 €
D5	Outras despesas correntes	55.620,98 €	38.202,56 €
<b>Despesa de capital</b>		<b>2.236.110,68 €</b>	<b>1.350.277,99 €</b>
D6	Aquisição de bens de capital	2.131.243,41 €	1.319.541,29 €
D7	Transferência e subsídios de capital	104.867,27 €	30.736,70 €
D7.1	Transferências de capital	104.867,27 €	30.736,70 €
D8	Outras despesas de capital	- €	- €
<b>Despesa efetiva [5]</b>		<b>6.870.164,40 €</b>	<b>5.711.854,88 €</b>
<b>Despesa não efetiva [6]</b>		<b>755.844,46 €</b>	<b>765.538,16 €</b>
D9	Despesa com ativos financeiros	4.081,00 €	- €
D10	Despesa com passivos financeiros	751.763,46 €	765.538,16 €
<b>Soma [7] = [5]+[6]</b>		<b>7.626.008,86 €</b>	<b>6.477.393,04 €</b>
	Operações de tesouraria [C]	42.811,52 €	118.055,91 €
	Saldo para a gerência seguinte	278.720,47 €	
	Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	103.565,11 €	55.988,54 €
	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	175.155,36 €	121.529,32 €
	Saldo global [2]-[5]	- 37.784,63 €	399.146,58 €
	Despesa primária	6.819.531,83 €	5.657.365,66 €
	Saldo corrente	400.374,83 €	225.635,47 €
	Saldo de capital	- 438.159,53 €	173.510,89 €
	Saldo primário	12.847,94 €	453.635,80 €
<b>Receita total [1]+[2]+[3]</b>		<b>7.729.573,97 €</b>	<b>6.533.381,58 €</b>
<b>Despesa total [5]+[6]</b>		<b>7.626.008,86 €</b>	<b>6.477.393,04 €</b>

Nota: Uma vez que a entidade participada não faz parte do perímetro de consolidação orçamental do Município de Mesão Frio, os documentos orçamentais referem-se somente ao Município.

2. Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza

Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza			
Rubrica	Liquidações	2021	2020
	<b>Receita corrente</b>	<b>5.043.707,71 €</b>	<b>4.597.222,76 €</b>
R1	Receita fiscal	430.571,02 €	378.459,91 €
R1.1	Impostos diretos	430.571,02 €	378.459,91 €
R1.2	Impostos indiretos	- €	- €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	- €	- €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	37.528,49 €	54.601,01 €
R4	Rendimentos de propriedade	121.208,44 €	121.397,99 €
R5	Transferências e subsídios correntes	4.220.733,70 €	3.853.654,80 €
R5.1	Transferências correntes	4.220.733,70 €	3.853.654,80 €
R5.1.1	Administrações públicas	4.193.497,32 €	3.833.865,02 €
R5.1.1.1	Administração central - Estado	4.181.647,80 €	3.822.015,50 €
R5.1.1.2	Administração central - Outras entidades	- €	- €
R5.1.1.3	Segurança social	11.849,52 €	11.849,52 €
R5.1.1.4	Administração regional	- €	- €
R5.1.1.5	Administração local	- €	- €
R5.1.2	Exterior - U.E.	- €	- €
R5.1.3	Outras	27.236,38 €	19.789,78 €
R5.2	Subsídios correntes	- €	- €
R6	Venda de bens e serviços	209.899,07 €	186.741,91 €
R7	Outras receitas correntes	23.766,99 €	2.367,14 €
	<b>Receita de capital</b>	<b>2.639.156,81 €</b>	<b>1.914.096,99 €</b>
R8	Venda de bens de investimento	1.636,50 €	24.489,50 €
R9	Transferências e subsídios de capital	1.794.682,00 €	1.446.579,58 €
R9.1	Transferências de capital	1.794.682,00 €	1.446.579,58 €
R9.1.1	Administrações públicas	1.794.682,00 €	1.446.579,58 €
R9.1.1.1	Administração central - Estado	1.794.682,00 €	1.446.579,58 €
R9.1.1.2	Administração central - Outras entidades	- €	- €
R9.1.1.3	Segurança social	- €	- €
R9.1.1.4	Administração regional	- €	- €
R9.1.1.5	Administração local	- €	- €
R9.1.2	Exterior - U.E.	- €	- €
R9.1.3	Outras	- €	- €
R9.2	Subsídios de capital	- €	- €
R10	Outras receitas de capital	1.632,65 €	52.719,80 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,07 €	0,22 €
R12	Receita com ativos financeiros	- €	- €
R13	Receita com passivos financeiros	841.205,66 €	390.308,11 €
R14	Saldo da gerência anterior - Operações orçamentais	55.988,54 €	32.072,01 €

Handwritten signatures in blue ink are present at the bottom right of the page. A page number '47' is circled in blue.

Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza

Rubrica	Obrigações	2021	2020
	<b>Despesa corrente</b>	<b>4.875.933,32 €</b>	<b>4.828.594,50 €</b>
D1	Despesa com o pessoal	3.094.294,35 €	2.925.549,91 €
D1.1	Remunerações certas e permanentes	2.274.447,90 €	2.118.116,71 €
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	42.915,18 €	24.434,58 €
D1.3	Segurança social	776.931,27 €	782.998,62 €
D2	Aquisição de bens e serviços	1.381.452,12 €	1.496.469,22 €
D3	Juros e outros encargos	50.632,57 €	54.489,22 €
D4	Transferências e subsídios correntes	290.614,05 €	299.820,30 €
D5	Outras despesas correntes	58.940,23 €	52.265,85 €
	<b>Despesa de capital</b>	<b>3.108.242,09 €</b>	<b>2.327.802,61 €</b>
D6	Aquisição de bens de capital	2.251.611,36 €	1.521.527,75 €
D7	Transferência e subsídios de capital	104.867,27 €	40.736,70 €
D7.1	Transferências de capital	104.867,27 €	40.736,70 €
D8	Outras despesas de capital	- €	- €
D9	Despesa com ativos financeiros	4.081,00 €	- €
D10	Despesa com passivos financeiros	751.763,46 €	765.538,16 €

Nota: Uma vez que a entidade participada não faz parte do perímetro de consolidação orçamental do Município de Mesão Frio, os documentos orçamentais referem-se somente ao Município.

**DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA DA GERÊNCIA DO ANO  
FINANCEIRO DE 2021**

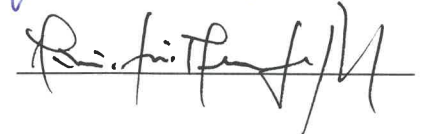

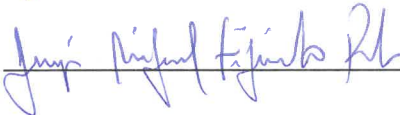
O presente documento é parte integrante da Prestação de Contas Consolidada 2021, **RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO DO ANO FINANCEIRO DE 2021**, contêm 49 páginas, que antecedem e incluem esta, devidamente numeradas, a ser apreciada em reunião ordinária da Câmara Municipal de Mesão Frio, a realizar em 15 de junho de 2022.

**O Presidente da Câmara Municipal:**



(Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva)

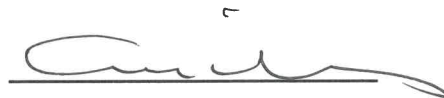
**Os Vereadores:**



**TERMO DE APROVAÇÃO FINAL**

O presente documento é parte integrante da Prestação de Contas Consolidada 2021, **RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO DO ANO FINANCEIRO DE 2021**, contêm 49 páginas, que antecedem e incluem esta, devidamente numeradas, tendo sido submetida à apreciação em sessão ordinária da Assembleia Municipal de Mesão Frio, realizada em 27 de junho de 2022.

**O Presidente da Assembleia Municipal:**



(Carlos Manuel Pombo Soares Silva, Dr.)

**Os Secretários:**

